



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE ENFERMAGEM**

EDLEIDE XAVIER BARREIROS

**HISTÓRIA ORAL DE HOMENS QUE PRATICARAM VIOLÊNCIA
SEXUAL INFANTO-JUVENIL**

SALVADOR

2009

EDLEIDE XAVIER BARREIROS

**HISTÓRIA ORAL DE HOMENS QUE PRATICARAM VIOLÊNCIA
SEXUAL INFANTO-JUVENIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia, como requisito para a obtenção do grau de Mestra em Enfermagem, área de concentração Gênero, Cuidado e Administração em saúde.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Climene Laura de Camargo

Co-Orientadora: Prof^a. Dr^a Normélia Maria Freire Diniz

SALVADOR

2009

B271 Barreiros, Edleide Xavier.
História oral de Homens que praticaram violência sexual infanto-juvenil / Edleide Xavier Barreiros. – Salvador, 2009.
86 f. : il. ; 30 cm.

Inclui apêndice e anexos.

Orientador: Profa. Dra. Climene Laura de Camargo

Co-orientador: Dra. Normélia Maria Freire Diniz

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Escola de Enfermagem. Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, 2009.

1. Violência sexual - agressor - história. 2. Crime sexual contra as crianças. 3. Crime sexual - adolescentes. I. Universidade Federal da Bahia. Escola de Enfermagem. Programa de Pós-Graduação em Enfermagem. II. Camargo, Climene Laura de. III. Diniz, Normélia Maria Freire. IV. Título.

CDU 616.15

EDLEIDE XAVIER BARREIROS

**HISTÓRIA ORAL DE HOMENS QUE PRATICARAM VIOLÊNCIA SEXUAL
INFANTO-JUVENIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia como requisito para obtenção do grau de mestra, área de concentração Gênero, Cuidado e Administração em saúde.

Aprovada em 08 de Maio de 2009

BANCA EXAMINADORA

Normélia Maria Freire Diniz _____

Doutora em Enfermagem, Professora da Universidade Federal da Bahia

Edite Lago da Silva Sena _____

Doutora em Enfermagem, Professora da Universidade Estadual de Jequié

Maria do Rosário Menezes _____

Doutora em Enfermagem, Professora da Universidade Federal da Bahia

Álvaro Pereira _____

Doutor em Enfermagem, Professor da Universidade Federal da Bahia

Nós vos pedimos com insistência, não digam nunca: isso é natural. Sob o familiar, descubram o insólito. Sob o cotidiano, desvelem o inexplicável. Que tudo o que é considerado habitual provoque inquietação. Na regra, descubram o abuso. E sempre que o abuso for encontrado, encontrem o remédio.

Bertolt Brecht, 1898-1956

Aos meus queridos Pais, Cecílio e Lúcia,

Pela doação de suas vidas para a construção da minha; pelo incentivo aos estudos, assim como pela motivação e apoio essenciais à minha formação pessoal e profissional. Este trabalho também é de vocês.

Aos meus amados filhos, Maria Clara e Miguel,

Por vocês, meus amores, eu segui em frente. Vocês serão sempre minha maior e mais perfeita inspiração.

AGRADECIMENTOS

A Deus, criador de todas as coisas e Senhor absoluto de minha vida. Dou graças por todas as bênçãos recebidas e por mais esta vitória que me foi concedida.

A minha mãe Maria Lúcia, exemplo de mulher, esposa, mãe e avó. A senhora será sempre minha grande amiga. Sem a sua ajuda, eu não teria conseguido.

Ao meu Pai Cecílio, pelo incentivo e por me mostrar a importância dos estudos: seus ensinamentos sempre me acompanharão o senhor será sempre meu grande mentor e o meu maior exemplo de vida.

Aos meus filhos, Clarinha e Miguel, razão do meu viver. Tão jovens e já sabem o significado do que é se sacrificar por amor. Perdoem a mamãe pela ausência durante os últimos dois anos. Amo vocês.

Ao meu querido esposo Paulo, pela compreensão, companheirismo e atenção. Obrigado pela paciência e por todas as demonstrações de amor. Sei que se pudesse teria feito muito mais.

A minhas irmãs Elaine e Elma, meus cunhados Jovelino e Fernando, meus sobrinhos, Gabriel e Julinha, esta vitória também é de vocês.

A minha Orientadora, Climene Laura de Camargo, minha incentivadora profissional, pelas orientações realizadas, meu muito obrigada.

À Professora Normélia Diniz, minha co-orientadora e amiga, obrigada pelos ensinamentos dispensados, apoio e acolhimento oferecido nos momentos mais difíceis; foi uma honra ter trabalhado com você.

Ao grupo de pesquisa CRESCER, por ter me ensinado os primeiros passos para se tornar uma pesquisadora, em especial às bolsistas que estiveram ao meu lado durante esta caminhada.

À Dra. Andremara dos Santos e Dr. Paulo Bandeira e ao Diretor Dr. Izidoro Rodriguez, pelo apoio oferecido.

Aos funcionários da Vara de Execuções Penais e da Penitenciária Lemos de Brito, pela colaboração e amizade: foi um prazer conviver com cada um de vocês.

Aos colegas de trabalho, Jimi e Elizângela, pela paciência e o ombro amigo.

Aos homens, sujeitos desta pesquisa, por permitirem a realização deste trabalho.

Aos meus colegas de mestrado, pelas experiências compartilhadas e pelos laços de amizade construídos. Vocês fazem parte de um dos momentos inesquecíveis da minha vida.

BARREIROS, Edleide Xavier. **História oral de Homens que praticaram violência sexual infante-juvenil**. 127f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem)-Escola de Enfermagem, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2009.

RESUMO

A violência sexual contra crianças e adolescentes se configura como um grave problema de saúde pública e se manifesta por uma relação de poder que se exerce pelo adulto sobre a vítima num processo de apropriação e dominação da vontade destes. Uma das grandes preocupações quanto ao abuso sexual infantil são as repercussões desta violência no desenvolvimento das vítimas. O fato deste fenômeno ser reproduzido ou não no futuro dependerá fundamentalmente se a vítima vai encontrar ou não, na sua vida, um adulto que a ajude a superar o trauma sofrido. Pesquisa de natureza qualitativa fundamentada no método da história oral temática, cujo objeto foi a análise da história de vida dos agressores de violência sexual infante-juvenil. Como objetivo geral, procuramos analisar a história de vida de agressores sexuais infante-juvenil. A coleta de dados foi realizada no período de agosto de 2008 a janeiro de 2009, inicialmente na Vara de execuções penais e em seguida na Penitenciária Lemos de Brito, ambos no município de Salvador- Bahia. A amostra dos sujeitos para caracterização dos agressores foi constituído por 79 homens que haviam cometido crime sexual contra crianças e adolescentes na faixa etária de 0 a 19 anos, no entanto, para as entrevistas a amostra foi composta somente por 05 sujeitos. A organização e análise do material foi realizada através do software STATA versão 8.0 e pela análise de conteúdo de Bardin. Como resultados, encontramos que os homens se caracterizaram como jovens e adultos, em sua maioria negros, com baixa escolaridade e solteiros. No que se refere à relação deles com as suas vítimas pudemos perceber que a maioria ocupavam o papel de pais e padrastos configurando a violência praticada no espaço doméstico. As histórias de vida destes sujeitos foram permeadas pela violência tanto na infância quanto na adolescência e ambos apresentavam em suas histórias um conjunto de vivências comuns como maus tratos, violência, constrangimento com relação à vivência de sexualidade, experiências de rejeição e perda, trabalho infantil forçado e uso de substâncias psicotrópicas e de álcool. Percebemos que todos os sujeitos tiveram seu crescimento vital violentamente comprometido, pois nenhum destes sujeitos na infância e/ou na adolescência tiveram seus direitos respeitados por nenhuma instância, seja pela família ou Estado, mas foram objetos de negligência, discriminação, exploração, violência e opressão. Cabe a sociedade discutir o contexto das histórias de vidas destes sujeitos, sem preconceitos, fortalecendo a opinião pública para que o Estado venha garantir os direitos das crianças e adolescentes vítimas de violência, no sentido de instaurar uma cultura de respeito à criança a fim de evitar repetições da violência nas gerações seguintes. Faz-se necessário também a capacitação de profissionais das áreas de saúde, educação e jurídica, no intuito de identificar e intervir nas situações de violência seja através da prevenção, diagnóstico ou tratamento das vítimas e também dos agressores.

Palavras-chaves: história de vida, agressor sexual, violência infante-juvenil, Enfermagem.

BARREIROS, Edleide Xavier. **Oral history of men who practiced sexual violence children's.** 127f. Dissertation (Masters in Nursing) – School of Nursing, Federal University of Bahia. Salvador, 2009

ABSTRACT

Sexual violence against children and adolescent is a serious problem of public health, which is translated by a power connection between the adult and the victim, in an appropriation and domination process. One of the greatest concerns about children's sexual abuse is its consequence to victim's development. Future reproduction or not reproduction of the phenomenon will depend on the victim finding, in his (her) life, an adult to help him (her) to bear the trauma. This qualitative study was based on oral history method: we've analyzed the history of those who perpetrated sexual violence against young people and children. Our general objective was to analyze the history of those who perpetrated sexual violence against children and young people. Data collect was carried out in the Vara de execuções penais and in Lemos de Brito Prison, both located in Salvador (Bahia State). Our study population was composed by 79 men incarcerated in reason of sexual crime against children and adolescent who were between 0 and 19 years-old. The arrangement and analysis of the material was carried out through STATA software (8.0 version) and by means of Bardin's content analysis. Here are the results: our population was composed by young men and adults, most of them black men low educated and single. As to the relationship between them and their victims, we've noticed that most of them were fathers or stepfathers, configuring domestic violence. When we analyze their life histories, we notice that they themselves were victims of violence, in the infancy and adolescence, presenting common traits, such as mistreatment, violence, rejection and loss experiences, child's work and the use of psychotropic drugs and alcohol. We've noticed that those subjects had its vital growing ruined, because none of them, in the childhood and/or in the adolescence were respected in their rights, neither by the family nor by the Estate; instead, they suffered negligence, discrimination, exploration, violence and oppression. It's up to the society discuss the context of those subjects' histories of life, without prejudice, convincing people in order that the Estate may guarantee the rights of children and adolescent, victims of violence, to the establishment of a culture which respects children, in order to avoid violence of being repeated in next generations. It's also necessary to capacitate professionals in health, education and juridical areas, in order to identify violence situations and interfere to prevent, diagnose or assist the victims as well as the attackers.

Key-words: histories of life, sexual attacker, violence against Young people and children, nursery.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRAPIA	Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DECA	Delegacia da Criança e do Adolescente
DERCA	Delegacia de Repreensão aos Crimes contra Crianças e Adolescentes
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FAPESB	Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LACRI	Laboratório de Estudos da Criança
OMS	Organização Mundial de Saúde
PIBIC	Programa Institucional de bolsa de Iniciação Científica
PLB	Penitenciária Lemos de Brito
SEDH	Secretaria Especial de Direitos Humanos
SIPIA	Sistema de Informação para Infância e Adolescência
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 CONTEXTUALIZAÇÃO TEMÁTICA	16
2.1 CONSIDERAÇÕES ACERCA DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	16
2.2 A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO MASCULINO E A VIOLÊNCIA	20
3 METODOLOGIA	30
3.1 TIPO DE ESTUDO	30
3.2 O MÉTODO DA HISTÓRIA ORAL	30
3.3 LOCAL DO ESTUDO	32
3.4 SUJEITOS DO ESTUDO	32
3.5 PRÍNCIPIOS ÉTICOS DA PESQUISA	33
3.6 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS	34
3.7 COLETA DE DADOS	34
3.8 ORGANIZAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA	36
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DAS HISTÓRIAS ORAIS DOS AGRESSORES DE VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTO-JUVENIL	38
4.1 CARACTERÍSTICAS SOCIAIS E DEMOGRÁFICAS DOS SUJEITOS DO ESTUDO	38
4.2 HISTÓRIAS DOS AGRESSORES	40
4.3 ANÁLISE DA HISTÓRIA ORAL DOS AGRESSORES	48
4.3.1 Infância	48
4.3.1.1 Vivência de violência na relação com os pais ou responsáveis	48
4.3.1.2 Testemunhando cena de violência vivenciada pela mãe	52
4.3.1.3 Trabalho infantil	53
4.3.1.4 Infância sem brincadeiras	54
4.3.2 Adolescência	55
4.3.2.1 Vivência de violência	55
4.3.2.2 Perda da Mãe	56
4.3.2.3 Violência pelo uso de Álcool e drogas	56
4.3.2.4 Sexo	57
4.3.2.5 Relação de escola e trabalho	58
4.3.3 Fase Adulta	59
4.3.3.1 Relações familiares	59
4.3.3.2 O estupro	61

4.3.3.3 Prisão	63
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
REFERÊNCIAS	68
APÊNDICES	
APÊNDICE A- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	80
APÊNDICE B- ROTEIRO DE ENTREVISTA	81
ANEXOS	
ANEXO A- PARECER EMITIDO PELO COMITÊ DE ÉTICA	82
ANEXO B- AUTORIZAÇÃO PARA COLETA DE DADOS	83

INTRODUÇÃO

Apesar de ser um problema social e histórico presente em todas as sociedades, somente nas últimas décadas a violência foi percebida, na área da saúde, como um fenômeno significativo que interfere nas condições de morbimortalidade das populações. Ela é representada por ações direcionadas a indivíduos, grupos, classes e nações que lhes ocasionam danos físicos, emocionais, morais e/ou espirituais.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define a violência como o uso de força física ou poder, em ameaça ou na prática, contra si próprio, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação.

Esta definição associa a intencionalidade com a realização do ato, independente do resultado produzido: dessa forma, estão excluídos os incidentes não intencionais.

Vale ressaltar que a questão da intencionalidade deve ser observada sob dois aspectos importantes:

Primeiro, mesmo que se distinga a violência de atos não intencionais que produzem ferimentos, a intenção de usar força em determinado ato não significa necessariamente que houve intenção de causar dano. Na verdade, pode haver enorme disparidade entre comportamento intencional e consequência intencional. O agressor pode cometer um ato intencional que, sob critério objetivo, pode ser considerado perigoso e, possivelmente, ter resultados adversos para a saúde, mas não percebê-lo assim. (DAHLBERG; KRUG, 2002, p. 1164)

O uso de poder mencionado no conceito de violência inclui todas as formas de abuso praticadas contra o homem, desde os físicos, psicológicos ou sexuais até atos de negligência, suicídio e outras ações auto-infligidas. Esta interpretação pressupõe que a violência, mesmo não resultando em morte, pode ocasionar problemas físicos, psicológicos e sociais que não necessariamente implicam ferimentos, incapacidade ou morte, mas que, a longo prazo, podem trazer consequências para as vítimas.

Devido ao impacto que a violência provoca na saúde, hoje existe grande demanda de intervenção nos casos considerados moralmente reprováveis, tais como, por exemplo, os casos de violência sexual, principalmente os que atingem crianças e adolescentes.

Segundo a OMS, este tipo de violência configura um dos maiores problemas de saúde pública, o que pode ser comprovado por meio dos dados publicados pelo Guia de medicina-

legal de cuidados a vítimas de violência sexual (2003), onde se demonstra que, no mundo, 36% das meninas e 29% dos meninos já sofreram algum tipo de abuso sexual.

No Brasil, estes dados não são tão diferentes. Pesquisa realizada pela Polícia Civil da Secretaria da Justiça e da Segurança do Estado do Rio Grande do Sul assinala que entre janeiro de 2002 e julho de 2004, das 3.688 crianças que foram vítimas de violência, 2.371 (64,3%) foram vítimas de violência sexual (Relatório da DECA, 2002, 2003, 2004). Esses dados são semelhantes aos encontrados pela Coordenadoria Geral de Medicina Legal de Cuiabá no ano de 2004 por meio de estudo realizado com uma amostra de 230 vítimas de violência sexual constatou-se que 71,6% destas eram de crianças e adolescentes.

O número alarmante de casos de violência infanto-juvenil, segundo Souza et al. (2003), vem chamando a atenção da comunidade científica brasileira desde a década de 80. Neste período, foram localizados 126 artigos abordando a temática, nas mais diversas áreas de formação profissional, o que demonstra as muitas facetas do fenômeno. Toda a produção científica da época aponta para uma maior sensibilização, principalmente por parte dos profissionais de saúde, para o problema e a sua compreensão com relação à importância de um atendimento multidisciplinar e inter-setorial às crianças e adolescentes em situação de violência.

São inúmeras as causas para o aumento dos índices de violência: entre as mais importantes estão as imensas desigualdades econômicas, sociais e culturais, a disseminação das drogas, o desemprego e os efeitos perversos da chamada cultura de massa. Tudo isso pode contribuir para elevar os índices de violência: no entanto, eles não explicam por si este fenômeno, o que aponta para a necessidade de estudos que aprofundem as diversas vertentes sobre esta temática.

Percebemos também que é dentro do espaço familiar que essa violência pode se manifestar sob influência da extrema pobreza, da ausência do simbolismo do pai e da continência materna, esmaecidos, confusos e ambivalentes em relação aos papéis e valores a serem transmitidos.

Essa violência estrutural da sociedade desconsidera a criança, o pobre, o adolescente, o idoso e as minorias, agravadas por tais injustiças sociais. É nestas famílias que a violência física e moral ocorre, lugar onde a coerção e a humilhação fazem parte dos métodos educativos, deturpando a vida afetiva, intelectual e as opções individuais que cada um precisa fazer para encontrar sua realização (LEVISKY, 2001).

Waidman et al. (2004) afirmam também que esse método de educação se reflete nos pais, tornando-os os principais protagonistas da violência no espaço privado.

Os estudos de Azevedo & Guerra (1988), Cohen (1993) e Saffioti (1997) apontam para uma predominância do homem como agressor, principalmente quando a violência é cometida dentro do espaço doméstico e familiar. Nestes estudos, o pai tem o papel principal na perpetração da violência sexual familiar. Saffioti (1997) assinala que 71,5% dos agressores que praticam este tipo de violência contra crianças e adolescentes são pais biológicos e 11,1% é de padrastos.

Este estudo se justifica pela importância da temática no cenário mundial e pela minha experiência nesta temática, desde o curso de graduação na Escola de Enfermagem da UFBA, onde pude me envolver com as questões de violência contra crianças e adolescentes enquanto bolsista do Programa de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq) vinculada ao grupo Crescer

A experiência de participar do grupo de estudos sobre a violência nesta Escola serviu para expandir meu interesse em dar continuidade aos estudos relacionados com a violência nesse grupo etário. No momento da realização do curso de Mestrado, busco aprofundar meus conhecimentos sobre a temática da violência contra crianças e adolescentes, trazendo à tona a questão da violência sexual infanto-juvenil através da história de vida do agressor. Vale ressaltar que esta pesquisa está vinculada a um projeto intitulado Violência familiar na População Negra: Tensões e Sociabilidade, financiado pelo CNPq/FAPESB e desenvolvido pelo grupo Crescer.

Apesar da relevância dos estudos anteriores, que identificaram os indivíduos do sexo masculino como principais agressores sexuais, pouco se sabe sobre as causas e significados desta violência para estes, evidenciando, dessa forma, as lacunas que existem na identificação das principais causas da manifestação da violência. Por isto é que, neste momento, me proponho a estudar a história de vida do agressor sexual infanto-juvenil.

Para tanto, parto do princípio de que os agressores, nos casos de violência sexual infanto-juvenil, podem ter sido vítimas de algum tipo de violência em fases prematuras de seu desenvolvimento biopsicossocial. Segundo Tilmas-Ostyn (2001), um indivíduo que foi vítima de violência em sua infância, mesmo se mostrando injustiçado e revoltado com o comportamento violento dos pais, segue o ciclo, reproduzindo a violência sofrida.

Esta teoria também é apoiada por outros autores, como Dowd (1998), por exemplo, que afirma que o fato de uma pessoa ter sido vítima de um abuso físico quando criança está significativamente relacionado com um comportamento criminal violento a posteriori.

Outros estudiosos, como Dukarm, Holl & Mcanarkey (1995) e Hennes (1998) também assinalam que as crianças vítimas de violência hoje serão as agressoras de amanhã.

Nesta pesquisa, trago como objeto de estudo a história de vida de agressores de violência sexual infanto-juvenil. Apresento como objetivo geral analisar a história de vida de agressores sexuais infanto-juvenil. E como objetivos específicos são:

- Identificar as características sociais e demográficas dos agressores de violência sexual infanto-juvenil;
- Descrever a história de vida de agressores sexuais infanto-juvenis;

2 CONTEXTUALIZAÇÃO TEMÁTICA

2.1 CONSIDERAÇÕES ACERCA DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

A violência contra crianças e adolescentes acompanha a trajetória humana desde os mais antigos registros. Ela pode se manifestar de várias formas, se adaptando às especificidades culturais e ao desenvolvimento político social de cada momento histórico.

A história da infância sempre foi marcada por maus-tratos. Didonet (1994) relata que durante a Idade Média, em nome da autoridade de um adulto perante uma criança, várias atrocidades eram cometidas: desde a imposição autoritária de modos de ser, pensar e agir até os mais cruéis castigos físicos, a escravidão doméstica, a mutilação de membros, a opressão moral. Nessa época, percebe-se que, o direito do pai sobre a vida de seus filhos não era contestado.

Segundo o mesmo autor,

“(...) era negado o direito de falar, de opinar e de ter vontades. Sua opinião não era levada em consideração, porque se pensava que ela não sabia nada, não tinha experiência. Sua vontade não era atendida se fosse diferente da vontade do adulto. Os adultos, independente de serem os pais ou os responsáveis pela sua guarda, é que determinavam o que ela deveria fazer, quando e por quanto tempo”. (DIDONET, 1994, p.4)

O que nos leva a dizer que a criança no século XIII, era vista como objeto pelos seus pais, sem ter reconhecidos os seus direitos como indivíduos. Hoje em dia, observamos que esta realidade não é tão diferente, visto que muitas ainda têm seus direitos negados, principalmente em se tratando de atos de violência, que podem se manifestar com o trabalho infantil, a exploração sexual, etc., onde a criança encontra-se sempre no papel de vítima.

No Brasil, a história da criança desde o período colonial é marcada pelas questões culturais e socioeconômicas e pelo período escravagista (período em que a morte e o abandono de crianças era visível) e somente a partir do século XIX o conceito de infância começa a ter maior visibilidade. A esse respeito, Rizzini (1997) afirma que a criança, neste período, deixa de ocupar uma posição secundária, sem importância na família e na sociedade e passa a ser percebida como um valioso patrimônio de uma nação. Contudo, somente a partir do século XX o fenômeno da violência contra crianças e adolescentes começa a ser estudado

na área da saúde. A alta taxa de mortalidade por causas violentas nesse grupo despertou o interesse de muitos pesquisadores pelo assunto, sendo tratado, a partir de então, como questão de saúde pública. A violência contra crianças e adolescentes pode ser compreendida como,

"Todo ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis contra crianças e/ou adolescentes que - sendo capaz de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima - implica de um lado, numa transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, de outro, numa coisificação da infância, isto é, numa negação do direito que as crianças têm de serem tratadas como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento". (AZEVEDO E GUERRA, 199, p.36)

Segundo estas mesmas autoras, a violência doméstica ou intrafamiliar é uma das várias modalidades de expressão de violência que a humanidade pratica contra suas crianças e adolescentes, sendo que as raízes desse fenômeno também estão associadas ao contexto histórico, social, cultural e político em que se insere e não podem ser compreendidas somente como uma questão decorrente de conflitos interpessoais entre pais e filhos. Mesmo este relacionamento interpessoal, que configura um padrão abusivo de interação entre pai, mãe e filho, foi construído historicamente por pessoas que, ao fazê-lo, revelaram as marcas de sua história pessoal no contexto da história socioeconômica, política e cultural da sociedade (AZEVEDO; GUERRA, 1994)

Segundo o SIPIA - Sistema de Informação para a Infância e Adolescência -, da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), entre Janeiro de 1999 e maio de 2004 foram notificados 209.786 casos de violação dos direitos da criança e do adolescente, observando-se que os casos de violência doméstica se concentraram mais na convivência familiar e comunitária.

Entre as principais manifestações de violência doméstica, podemos citar a negligência, a violência psicológica, a violência física, a violência sexual e a violência verbal.

De todas as formas de violência citadas, a sexual, comumente chamada de abuso sexual, é a mais complexa e aquela que, a nosso ver, mais traumatiza a vítima, pois deixa, além das marcas físicas, problemas emocionais e psíquicos que podem se perpetuar ao longo dos anos. Os Dados coletados pelo LACRI - Laboratório de estudos da criança, de 1996 a 2004 mostram que houve um aumento crescente de notificação de casos, passando de 95 casos em 1996 para 2.573 em 2004, perfazendo um total de 11.238 casos de violência sexual infanto-juvenil para o período.

Apesar da relevância de toda e qualquer forma de violência contra a criança e o adolescente, vamos nos ater, aqui, à violência sexual.

Azevedo (1998) afirma que nessas ocorrências há sempre o prazer (direto ou indireto) do adulto, conseguido pela coerção ou sedução da criança ou adolescente, que é sempre uma vítima e não poderá ser transformada em réu. Estudos têm mostrado que, com frequência, crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual costumam sofrer também outros tipos de violência, como, por exemplo, a física e a psicológica.

Entre os tipos de abuso sexual, destacamos o intrafamiliar, o extrafamiliar e o institucional. O abuso intrafamiliar é definido como qualquer forma de ato sexual entre uma criança e um membro imediato da família (pai, padrasto, irmão), extensivo (tio, avô, tia, primo) ou parentes substitutos (um adulto que a criança considere como um membro da família). A maioria dos casos deste abuso é de relações incestuosas (ZAVASCHI, 1991).

O abuso extra-familiar ocorre fora do âmbito familiar, podendo ser cometida por conhecidos (como vizinhos) ou pessoas totalmente desconhecidas. Quanto ao abuso institucional, a maioria dos casos ocorre em instituições como escolas, creches ou igrejas e é praticado por pessoas que cuidam diretamente da criança.

A violência sexual contra crianças e adolescentes manifesta uma relação de poder que se exerce pelas mãos de adultos e até de não adultos, mas daquele que têm mais força física ou psicológica, sobre a vítima, em um processo de apropriação e dominação do discernimento e da decisão livre destes. Para Faleiros (1997), esse uso do poder pela aplicação da força física é, de fato, uma profunda desestruturação de uma relação de poder legitimado. Ele continua, afirmando que a desestruturação deste poder significa a expressão da repressão e do autoritarismo, presente tanto na esfera familiar e doméstica como nos diferentes contextos institucionais.

As concepções de poder e posse arraigadas nas relações familiares reafirmam a dominação dos pais sobre os filhos e os vínculos formados são imbuídos de autoridade e medo (NEVES e ROMANELLI, 2006). Percebe-se então que os modelos de família que se propagaram na história da humanidade evidenciam a segregação de poder e luta pela sobrevivência e/ou adaptação às adversidades.

A etiologia e os fatores determinantes do abuso sexual contra a criança e o adolescente têm implicações diversas. Envolvem questões culturais, como é o caso do incesto, relacionamento e dependência social e afetiva entre os membros da família, o que dificulta a notificação e perpetua o silêncio do abuso pela vítima. (ABRAPIA, 2002)

Uma das grandes preocupações quanto ao abuso sexual infantil são as repercussões desta violência para o desenvolvimento das vítimas. Segundo Ballone (2003), toda criança vítima de abuso sexual usualmente desenvolve uma perda violenta da auto-estima e adquire

uma representação anormal da sexualidade. A criança pode se tornar muito retraída, perder a confiança nos adultos, podendo chegar a considerar a possibilidade de suicídio, principalmente quando há uma probabilidade de os agressores a ameaçarem (BALLONE, 2003).

Outras características que podem identificar a criança vitimizada sexualmente são as dificuldades que apresentam para estabelecer relações harmônicas com outras pessoas, podendo se transformar em adultos agressores que também abusam de outras crianças, além de conseqüências de ordem psíquica, fator importante na história de vida emocional de homens e mulheres com problemas conjugais, psicossociais e transtornos mentais.

O fato de este fenômeno ser reproduzido ou não no futuro vai depender fundamentalmente de a vítima encontrar ou não, em sua vida, um adulto que a ajude a superar o trauma sofrido. Estudos sobre as reações das crianças ao abuso sexual afirmam que os danos diferem conforme a idade e a personalidade de cada uma, tanto quanto de acordo com a natureza da agressão vivenciada (BALLONE, 2003).

O prejuízo causado internamente ao indivíduo vitimizado irá determinar em muito a maneira com a qual este irá lidar com o mundo ao seu redor. Disso se infere que o mal-estar gerado por esse processo pode ser transformado em atitude reativa, em contenção angustiada ou neurótica ou em resignação (SANCHEZ, 2005; MARCONDES FILHO apud SANCHEZ, 2005).

Poucos estudos enfocam a fala dos homens agressores na violência sexual. Entretanto, estudo realizado por Gomes (2003), cujos sujeitos eram homens com história de violência doméstica, observou que desde a infância a violência esteve presente na vida dos entrevistados, influenciando a formação da identidade destes sujeitos.

Com base nesse estudo, podemos concluir que, ao presenciar situações de violência familiar durante a infância e a adolescência, os homens incorporam atos violentos em suas ações cotidianas como inerentes ao papel masculino, construindo, dessa forma, sua identidade.

Ramires (1997) confirma estes dados ao afirmar que uma infância carregada de tensão e violência, em que a prática e o uso do poder sobre o outro é uma constante, favorecerá o desenvolvimento de formas de contato com o mundo compatível com essas vivências. Ou seja, ao vivenciar a violência na relação familiar o homem a reproduz em outras formas de relações sociais, inclusive nas relações com suas companheiras e filhos. Quando a violência faz parte do cotidiano destas crianças, é natural que elas também reproduzam este tipo de relação em todos os seus círculos (MARCON et al., 2004).

A família, por sua vez, serve de modelo para a formação deste indivíduo, pois, segundo Sanchez (2005), é dentro dos próprios lares, na interação com os pais, que os padrões sociais de conduta são apreendidos nos períodos da infância e adolescência. Os comportamentos violentos de crianças e adolescentes é a objetivação do que foi aprendido no modo de ser, pensar e agir de seus pais.

Convém salientar que um dos preditores mais significativos para comportamentos violentos e condutas destrutivas por parte do ser humano são destacadamente os maus-tratos na infância, quer seja por abuso sexual, negligência ou demais tipos de violência da esfera cotidiana familiar (ROLIN, 2006)

Segundo o autor, “os comportamentos sociais aprendidos por crianças são orientados pela inserção do sujeito em relações cujo modelo a ser assimilado é resignificado elaborando modelos organizadores do pensamento que podem ser orientadores dos comportamentos das pessoas”. Espinheira (2004) afirma ainda que existe uma participação expressiva familiar para a constituição dos modos violentos de ser dos indivíduos.

A família, reconhecida como fonte de presença, segurança e proteção, se torna causadora de dor e sofrimento, imprimindo logo cedo nos indivíduos marcas físicas e psíquicas que contribuem para a construção do processo de violência.

Ao organizar o modo de viver do seu agrupamento, a família faz exigências e têm especificidades para conduzir e orientar seus membros, pactuando valores de auto-preservação familiar (RIBEIRO, RODRIGUES e LÁPIDUS, 2005). Por isso, consciente ou inconscientemente, a insegurança, o medo de represálias, frutos do conflito da consangüinidade, da proximidade, dos laços afetivos e do instinto de proteção para com o outro com quem convivemos são alguns exemplos de justificativas para se manter em segredo situações de violência familiar.

2.2 A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO MASCULINO E A VIOLÊNCIA

A construção da identidade do homem é vinculada a um conjunto de idéias e práticas que associam essa identidade à virilidade, à força e ao poder advindos da própria constituição biológica sexual.

O papel da família e da sociedade na educação dos homens procura de certa forma responder às expectativas sociais, para as quais a exposição aos riscos e à agressividade não devem ser evitados, mas sim experimentados no dia-a-dia. Os homens “são, em geral,

socializados para reprimir suas emoções, sendo a raiva, e inclusive a violência física, formas socialmente aceitas como expressões masculinas de sentimentos” (MEDRADO; LYRA, 2003, p. 22).

Esse modelo de masculinidade viril, constituída a partir de significados que associam o masculino ao poder, à virilidade e à agressividade vem sendo contestado por alguns autores (Pereira, 1995; Cecarelli, 1998; Sloan e Jirón, 2004), que trazem à tona a crise da identidade masculina, datada do final de século XX, que estaria transformando a forma com que os homens se situam e se comportam no mundo. Estes estudiosos buscam compreender a masculinidade a partir de experiências e práticas concretas dos homens e da dinâmica das inter-relações.

Com foco nesta discussão é que se faz necessário uma melhor compreensão do homem enquanto sujeito, com foco em sua história de vida e no processo de socialização, a fim de melhor poder compreender de que maneira se processa essa interrelação entre masculinidade e violência.

Assim sendo, a crise de identidade se estabelece devido à existência de uma contradição entre o poder do macho e a vivência de novos modelos de masculinidade. Fatores como as transformações culturais, a disseminação dos movimentos feministas após a Primeira Guerra Mundial, a revolução sexual dos anos 60 e a própria crise da masculinidade, segundo Ceccarelli (2001), se configuram como alguns dos principais fatores que contribuíram para uma reorganização de valores e costumes e que afetam a concepção tradicional do que é ser homem no mundo. Ou seja, poder, agressividade e virilidade se contrapõem às novas formas de vivenciar a masculinidade, através do sexo virtual, do transexualismo, etc.

Essa crise, segundo Cecchetto (2004), se traduz no desconforto de alguns homens diante de valores culturais marcados por esquemas rígidos e uma imagem masculina unívoca, associada a posições de poder.

O estereótipo que valoriza a imagem do macho, segundo Nolasco (1995), traz conseqüências negativas para o público masculino, uma vez que, excluídas as manifestações de força física e violência, qualquer possibilidade de demonstração de ternura, carinho ou dor é diretamente associada a uma fragilidade sexual. Além disso, o fato de ser tido como o provedor das necessidades da família impõe a este macho a necessidade de ser bem-sucedido, independentemente da política econômica.

Ser macho, segundo Saffioti (1987), está diretamente relacionado com conceitos como força, razão, coragem. Isso pode ser percebido pela coação que os homens com menor porte físico, afetivos ou tímidos sofrem a fim de se comportarem de maneira contrária às suas

inclinações, sendo obrigados a se castrarem. Para não correr o risco de não encarnar adequadamente o papel do macho, o homem deve inibir sua sensibilidade.

Por isso, os homens com frequência tentam provar sua masculinidade pelo uso de máscaras, agindo com frieza, firmeza e autocontrole, ocultando dessa forma sua verdadeira identidade. (CUSCHNIR; MARDEGAN JÚNIOR, 2001).

Observamos que este modelo de homem, discutido até aqui, se origina em uma sociedade patriarcal onde a construção da identidade do homem se dá por uma relação desigual entre os gêneros, onde a mulher naturalmente é considerada inferior ao homem e onde este deve ser sempre macho, sempre preocupado em não demonstrar nada que o associe com a imagem feminina.

É perceptível, dentro de qualquer sociedade, que homens e mulheres não ocupam posições iguais. A identidade social da mulher e do homem é construída com base na distinção de papéis que a sociedade atribui a cada sexo. Essa mesma sociedade delimita com extrema precisão as ações que a mulher e o homem podem executar.

Segundo Saffioti (1987),

[...] a responsabilidade última pela casa e pelos filhos é imputada ao elemento feminino, torna-se claro, pois, a atribuição, por parte da sociedade, do espaço doméstico à mulher. [...] a mulher é socialmente responsável pela manutenção da ordem na residência e pela criação e educação dos filhos. A sociedade investe muito na naturalização deste processo. Tenta fazer crer que a atribuição do espaço doméstico à mulher decorre de sua capacidade de ser mãe. De acordo com este pensamento, é natural que a mulher se dedique aos afazeres domésticos, aí compreendida a socialização dos filhos, como é natural sua capacidade de conceber e dar à luz. (SAFFIOTI, 1987, p.9)

Ainda segundo a autora, é de extrema importância compreender como a naturalização dos processos socioculturais de discriminação contra a mulher e outras categorias sociais constituem o caminho mais fácil e curto para legitimar a “superioridade” dos homens, assim como a dos brancos, a dos heterossexuais, a dos ricos. Fica claro que a construção social da supremacia masculina exige a construção da subordinação feminina.

Mesmo essa masculinidade hegemônica, norteadada pelos valores machistas, sendo tão amplamente criticada por alguns pesquisadores, a noção de que existe associação entre masculinidade viril, competição e violência continua a prevalecer. Entretanto, vale ressaltar que esse modelo patriarcal, que garante a subordinação da mulher ao homem, não constitui o único princípio estruturador da sociedade brasileira.

Percebe-se que a sociedade não está exclusivamente dividida entre homens dominadores, de um lado, e mulheres subordinadas, do outro. Há outras relações, tais como, por exemplo, homens que dominam homens, mulheres que dominam outras mulheres e mulheres que dominam homens.

Objetivando elucidar aspectos da masculinidade, Morelba (2000), em pesquisa realizada na América Latina, afirma que o processo de masculinização nesses países se baseia em três variáveis: a sociedade, a reprodução e o poder, que admite variações de classe e particularidades históricas e étnicas. Fatores como trabalho, sexo-genitalidade, reprodução, perpetuação e paternidade são elementos centrais da constituição do gênero masculino na América Latina.

Além da história de vida e dos aspectos socioculturais, Corsini (2000) considera a agressividade como fator relevante para o desencadeamento da violência, pois afirma que todas as pessoas trazem consigo um impulso agressivo. Esta agressividade é um comportamento emocional que faz parte da afetividade, sendo considerada como natural. Contudo, a maneira como as pessoas reagem à agressividade varia de acordo com os valores e crenças de cada cultura.

Em nossa sociedade, a agressividade é aceita quando tem sentido de iniciativa, ambição, decisão ou coragem, mas é punida quando reconhecida como atitude de hostilidade ou sentimento de cólera. (OLIVEIRA et al., 2004)

Segundo este mesmo autor, a agressividade não é traço de personalidade: portanto, não existem indivíduos agressivos, o que existe são indivíduos que cometem atos agressivos. O correto seria dizer que aquele indivíduo está agressivo. Se considerarmos que a agressividade é proveniente do meio ambiente, atos agressivos podem ser aprendidos por meio da observação destes modelos.

Diante disto, podemos deduzir que as crianças que construíram sua identidade numa família eivada de violência, em comunidades e escolas onde as relações se constituem de forma também violenta, provavelmente tenderão a reproduzir o que viveram quando forem adultos, caracterizando o que chamamos de violência intergeracional.

Ao relacionar agressividade e violência, Winnicott (1987, p.89) declara que “de todas as tendências humanas, a agressividade, em especial, é escondida, disfarçada, desviada, atribuída a agentes externos e quando se manifesta é sempre tarefa difícil identificar suas origens”. Portanto, poucas pessoas admitem ser cruéis em atos e em pensamentos.

Para Freud (1930), são as forças civilizatórias que controlam o homem, visto que o mesmo seria intrinsecamente mau e destrutivo. Sem a contenção dos seus desejos, o homem

estaria condenado ao modo de viver impulsivo próprio dos povos primitivos. Ele conclui que o maior problema da civilização se encontra na agressividade constitucional do homem. Costa (2003) afirma que,

A violência nasce da agressividade, da inclinação instintiva do homem para matar ou fazer sofrer seus semelhantes. A satisfação desses impulsos destrutivos naturalmente é facilitada por sua mistura com outros motivos de natureza erótica e idealista. [...] a violência não tem outra causa senão a satisfação dos impulsos e desejos destrutivos do homem. Os motivos vis ou nobres são racionalizações, destinadas a justificar, perante a consciência, a existência desta destrutividade. (COSTA, 2003, p.31)

No entanto, a mera existência da agressividade instintiva não pode ser considerada responsável pela violência na história e na cultura.

O caráter específico da violência é o desejo de causar mal, humilhar, fazer o outro sofrer, pelo uso da força. O ato violento porta a marca de um desejo, o emprego deliberado da agressividade. Compreendemos, dessa forma, que não existe violência instintiva, pois esta estará sempre relacionada com a intenção de destruir: o que existe é um instinto agressivo que pode coexistir perfeitamente com a possibilidade do homem de desejar a paz e com a possibilidade do homem de empregar a violência. (COSTA, 2003)

Amoretti (1992) confirma isto quando afirma que a violência é todo ato de violentar, causando dano físico, moral ou psicológico através da força ou da coação, exercendo pressão ou tirania contra a vontade e a liberdade do outro.

Considera que a violência é o emprego desejado da agressividade, com fins destrutivos, e é percebida, tanto por quem observa o ato de agressividade quanto por quem a recebe, como uma ação com intenção de agredir. Desta forma, a violência é identificada somente quando o sujeito que sofre a ação agressiva sente no agente da ação a intenção de destruir. O que nos leva a refletir que quando a ação agressiva é pura expressão do instinto ou quando não exprime um desejo de destruição, a mesma não é traduzida nem pelo sujeito, nem pelo agente, nem pelo observador, como uma ação violenta.

No entanto, podemos tentar compreender a violência a partir do argumento biológico, baseado no princípio da conduta humana movida pelo instinto e não pela razão, o que pressupõe que a violência é algo irracional.

Entendemos então que a agressividade, quando instintiva, não é rotulada de violência, porque o agente da agressão não atua movido por um desejo de destruição. Segundo Costa (2003), mesmo nos casos em que a irracionalidade dá origem à violência, não se pode dizer

que esta irracionalidade seja instintivamente animal. Esta nunca coincide com a ação puramente instintiva e comumente está relacionada com o emocional: portanto, se estabelece uma equivalência entre violência, irracionalidade e descontrole emocional.

De acordo com Paiva (1999), as raízes do comportamento agressivo começam na infância e estão alicerçados na relação de afeto com os pais. Esta relação é de extrema importância na formação da personalidade do indivíduo, e pode ser responsável por situações que influenciarão a formação do caráter e a relação de violência.

Objetivando compreender a participação do homem nesse processo de violência, como aparente protagonista agressor desse fenômeno, Greig (2001) aponta para a necessidade de realizar conexões entre este homem, a categoria gênero e a violência, a fim de se articular o papel e a responsabilidade dos homens no fim da violência baseada no gênero.

Percebendo a necessidade de compreender a interação do homem com o processo de violência, Souza (2005) traz em seu estudo informações relevantes quanto à participação do homem nos casos de violência. No primeiro momento, o autor comprova que os homens morrem mais do que as mulheres por causas externas, independentemente da faixa etária, não deixando, porém, de sinalizar que essa sobremortalidade se intensifica mais na fase da adolescência e início da idade adulta, havendo uma variação de mortalidade de 6,3 a 10,1 vezes de homens para mulheres na mesma faixa etária.

O autor também identificou que as duas primeiras causas externas de mortalidade masculina são o homicídio e os acidentes de automóvel. Entre os homicídios, a maior parte é cometida por armas de fogo.

Observou-se que ambas as causas estão diretamente ligadas, pois se concretizam como símbolos de masculinidade no mundo atual, carros e armas. O primeiro simbolizando o poder de locomoção, velocidade e status social e o segundo, detendo o poder de submeter o outro a seus desejos e interesses, como o poder de decidir sobre a vida ou a morte de outrem. Esses objetos “são introduzidos desde cedo na vida do menino, na forma de brinquedos, e passam a fazer parte do universo masculino com todos os simbolismos que possuem no contexto capitalista ocidental contemporâneo” (Souza, 2005, p.65).

Outro fator de relevância a ser considerado quando buscamos compreender a violência como masculina é o local aonde esses homicídios são praticados pelos homens. Os espaços públicos – ruas e bares, por exemplo - são os locais onde se desencadeiam os homicídios masculinos, enquanto no espaço privado ocorre a maioria dos homicídios femininos. Vale ressaltar que “os homicídios masculinos são perpetrados por homens desconhecidos, enquanto

agressores das mulheres são seus conhecidos, companheiros e ex-companheiros” (SOUZA, 2005, p.65).

A autora ainda ressalva que, embora pareça existir uma relação entre masculinidade e violência, é preciso ressaltar que essa relação ultrapassa as fronteiras do subjetivismo, calcadas na força, na competição, no machismo e na própria violência, e é grandemente influenciada por determinantes socioeconômicos e culturais que de alguma forma potencializam a associação entre o ser masculino e a violência.

A necessidade de se compreender essa relação entre violência e gênero acabou por suscitar na comunidade científica a necessidade de se estudar a relação de violência entre o homem e a mulher e a categoria gênero, levando-nos a refletir a respeito das diferenças entre o masculino e o feminino, rejeitando-se o determinismo biológico presente no uso de termos que envolvam a diferença sexual ou o sexo.

A utilização do termo gênero passa a enfatizar a dinâmica das relações sociais, perpassando pelos contextos históricos e afirmando que as características biológicas por si só não são definidoras de identidade sexual.

Badinter (1993) afirma que a virilidade masculina deve ser expressa no corpo e no comportamento do homem e, para construir sua identidade masculina, ele deve convencer a si mesmo e aos outros, durante toda a vida, de que não é uma mulher. Isso nos leva a refletir sobre a posição desta mulher na sociedade idolatrada por uma cultura machista, como alguém que é submissa aos homens, que se sacrifica, que é boa mãe e boa esposa.

Somente a partir dos anos 80, com o advento da construção histórico-cultural sobre gênero, é que a violência contra a mulher passa a ser compreendida como uma questão social e de saúde pública, com a violência conjugal não mais podendo ser vista apenas enquanto fenômeno relacionado com a subalternidade feminina, mas também de forma mais ampla e complexa.

Por meio deste marco histórico se pode perceber que a violência tem os seus limites na identificação de uma fragilidade da vítima, tornando-a passível de sofrer o ato violento por corresponder a um lugar definido de antemão como lugar de vulnerabilidade (SARTI, 2006).

Tomando esta vulnerabilidade como natural, destacamos que a população de mulheres, crianças e idosos ocupa a desconfortável posição de vítima principal da violência no espaço doméstico.

Em vários estudos sobre a violência sexual praticada contra as mulheres, crianças, adolescentes e idosos podemos constatar que o homem é o principal agressor. Esta informação pode ser confirmada pelos estudos de Diniz et al. (1999), que identificou que

entre 40% e 80% dos espancamentos em mulheres, o responsável direto pela agressão foi o companheiro.

Em seus estudos, Saffioti (1987) revela que o homem desfruta de uma posição de poder enquanto marido, companheiro, namorado, cabendo-lhe, na ideologia dominante, a função de caçador. Continua,

[...] este deve perseguir o objeto de seu desejo da mesma forma que o caçador persegue o animal que deseja matar. Para o poderoso macho, importa em primeiro lugar seu próprio desejo. Comporta-se, pois, como sujeito desejante em busca de sua presa. Esta é o objeto de seu desejo. Para o macho não importa que a mulher objeto de seu desejo não seja sujeito desejante. Basta que ela consinta em ser usada enquanto objeto. (SAFFIOTI, 1987, p. 18)

O caso extremo do uso de poder nas relações entre homem e mulher é o que podemos denominar estupro. Significa dizer que, mesmo contrariando a vontade da mulher, o homem mantém com ela relações sexuais, provando, desta forma, sua capacidade de inferiorizar a mulher (por vias da dominação) e tirando dela o direito de escolha.

Dado o poder que a sociedade confere ao homem, julga-se este no direito de manter relações com a sua companheira, mesmo quando ela não apresenta disposição para tal. Desta forma, o estupro não é representado apenas pelo tipo de relação sexual especificado no Código Penal Brasileiro, o qual se refere ao constrangimento e a conjunção carnal mediante violência ou grave ameaça. Como o homem detém o poder nas suas relações com a mulher, só ele pode ser sujeito do desejo. Não resta a ela (a mulher) senão a posição de objeto do desejo masculino. Assim, o máximo de prazer alcançado pelo homem não passa de um prazer solitário, pela metade, incompleto. Ignorando o desejo da mulher, o homem é conduzido a realizar seu próprio desejo exclusivamente na ejaculação. Isto significa uma redução da sexualidade ; logo, representa um empobrecimento. (SAFFIOTI, 1987, p. 18)

Este tipo de relação de poder também é freqüente quando a vítima é uma criança ou adolescente: nesse caso, o pai ou padrasto estão entre os maiores perpetradores deste abuso (AZEVEDO; GUERRA, 1997). Quanto aos idosos, estudo realizado por Santos (2007) sobre a violência praticada contra esta população identificou que 70% dos agressores era do sexo masculino, de maneira geral filho, cônjuge ou neto da vítima.

De acordo com Camargo e Buralli (1998), durante toda a Antiguidade o pai tinha sobre o filho o direito de vida e de morte, podendo castigá-lo à vontade, mandar flagelá-lo, condená-lo à prisão e até bani-lo da família. Por muitos séculos, os poderes do chefe de

família se mantiveram inalterados, o que conferia à mulher uma condição jurídica inferior, pouco diferente da condição de seus filhos.

Observa-se que na história, da Idade média à revolução, os direitos paternos evoluíram de duas maneiras, isto é, limitados pela ação da Igreja ou pela ação do Estado. A partir de então, os direitos do pai foram controlados pela doutrina católica baseando-se na idéia dos filhos como repositários divinos. Era, portanto, obrigação dos pais cuidar destes, quer como presente de Deus ou cruz a carregar, não devendo eles ser usados ou abusados. (BADINTER apud CAMARGO; BURALLI,1998)

Atualmente, a lei em vigor do pátrio-poder estabelece igualdade de direitos e deveres para homens e mulheres. O poder que o homem detinha como chefe da família e senhor das decisões familiares não mais vigora. A Constituição Federal e o novo Código Civil de 2002 estabelecem que os pais, sem distinção, são titulares do Poder Familiar. Dessa forma, cabe ao casal, entre outras coisas, criar, educar, guardar, manter e representar os filhos.

Contudo, o que observamos no cotidiano das famílias é a autoridade do pai e/ou marido relegando a segundo plano o amor, usando o medo como sinônimo de respeito para se impor nas relações familiares e a violência como forma de manter o poder sobre a esposa e os filhos. Segundo Donatelli (2006), as diferentes formas utilizadas para expressar esse poder possuem em sua essência um único objetivo: revelar força e poder de uma forma desmedida para que haja um consenso acerca de sua autoridade.

A esse respeito, Arendt (1994) afirma que poder e violência, embora sejam fenômenos distintos, usualmente aparecem juntos. O poder é fator primário e preponderante.

O pátrio poder, hoje reconhecido como poder paternal ou familiar, no direito brasileiro, se traduz em um conjunto de responsabilidades e direitos que envolvem a relação entre pais e filhos. Essencialmente, diz respeito aos deveres de assistência, auxílio e respeito mútuo, conservando-se até que os filhos atinjam a maioridade, que pode ser adquirida de várias maneiras e muda conforme a legislação de cada país.

Ainda objetivando relacionar a construção da identidade masculina e sua relação com a violência, é preciso não esquecer tampouco de incluir neste grupo as substâncias alcoólicas e as drogas, pois elas são geralmente apontadas como principais desencadeadores para a violência. Grossi (1995), contudo, afirma que, esteja o homem sóbrio ou alcoolizado, ele agride, muitas vezes usando o álcool como desculpa para seu comportamento violento.

Marcon et al. (2004) explicam que o álcool age como desinibidor da violência latente no indivíduo, podendo precipitar e agravar a violência, mas não causá-la, embora, no senso comum, isso não seja visto desta forma. Em vários estudos, independente do uso do álcool ou

qualquer tipo de droga, o homem continua ocupando o primeiro lugar como agressor em qualquer tipo de violência cometida.

Deslandes (2004) se refere a uma associação linear e (uni) causal entre consumo de drogas e prática de violências, simplificada ao extremo no slogan “drogas geram violência”. Ele indica ainda que o consumo de substâncias psicoativas está diretamente relacionado com tentativas de suicídio, prática de maus-tratos contra crianças e adolescentes, violência conjugal, homicídios e acidentes de trânsito.

A esse respeito, Minayo e Deslandes (1998) assinalam que existem mudanças biológicas e psicológicas que podem ser ocasionadas pelo uso de determinadas substâncias e poderiam afetar condutas individuais, desencadeando atos de violência interpessoal.

Ao contrário do que imagina o senso comum, o álcool é a substância mais ligada às mudanças de comportamento provocadas por efeitos psicofarmacológicos que desencadeiam a violência. Resultado de pesquisas experimentais realizadas por Fagan entre os anos de 1990 e 1993 demonstraram que o abuso do álcool pode ser responsável pelo aumento da agressividade entre os usuários.

Vale ressaltar que ainda não é possível determinar que o uso de álcool afeta o comportamento das pessoas, bem como não é possível saber se essas pessoas, quando sóbrias, teriam cometido as mesmas violências. Faz-se necessário, portanto, o exame atento das motivações pessoais, das características psíquicas e das condições orgânicas dos sujeitos, além do contexto cultural e comunitário, da condição de gênero e de geração, das relações familiares e da situação de estigmatização (DESLANDES, 2004).

A identificação do homem enquanto principal agressor não pode ser estudada somente a partir de suas relações com a masculinidade e/ou drogas. É importante conhecer a história de vida desses agressores a fim de tentar identificar os principais fatores que motivam o ato violento.

3 METODOLOGIA

No sentido de responder ao objeto de estudo, ou seja, a história de vida do agressor sexual infanto-juvenil, o método escolhido foi o da pesquisa qualitativa, descritiva e exploratória, além da pesquisa documental e da história oral, aqui tomada como referencial metodológico.

3.1 TIPO DE ESTUDO

A Pesquisa qualitativa foi escolhida porque, de acordo com Minayo (1998), ela caminha para o universo de significações, motivos, aspirações, atitudes, crenças, valores e percepções, podendo responder a questões que não podem ser quantificadas, se aprofundando no mundo do significado das ações, vivências, experiências e relações pessoais.

A abordagem qualitativa também possibilita aos sujeitos da pesquisa trazer à tona suas experiências com relação a um fenômeno social e privilegia a recuperação do vivido conforme a aceitação de quem viveu essa experiência (ALBERTI, 1990). Optamos pelo estudo descritivo porque ele nos permitiu trazer à tona a história de vida dos sujeitos estudados. Segundo Triviños (1987), este tipo de estudo possibilita, ainda, descrever com rigor os fatos e fenômenos de uma realidade.

É um estudo exploratório porque foi desenvolvido com o intuito de proporcionar a visibilidade ampliada de um fato social que é pouco estudado e explorado. Segundo Triviños (1987 p. 109), “os estudos exploratórios permitem ao investigador aumentar a experiência em torno de determinado problema”.

Quanto à pesquisa documental, foi utilizada com o propósito de identificar as variáveis quantitativas a fim de realizar a caracterização social e demográfica dos sujeitos da pesquisa, o que foi possibilitado pela análise documental do processo de cada agressor.

3.2 O MÉTODO DA HISTÓRIA ORAL

Escolhemos como referencial metodológico a história oral na modalidade história oral temática por acreditar que esta forma de abordagem possibilitaria superar a mera aquisição de dados em favor da possibilidade de uma visão mais subjetiva das experiências dos depoentes. A História oral é um conjunto de procedimentos que se inicia com a elaboração de um projeto

e que continua com o estabelecimento de um grupo de pessoas a serem entrevistadas, prevendo, dentro do projeto, o planejamento da condução das gravações, tempo de duração e demais fatores ambientais, transcrição, autorização para o uso, arquivamento e publicação dos resultados, que devem, em primeiro lugar, voltar ao grupo que gerou as entrevistas. (MEIHY, 2007).

De acordo com o autor, a história oral pode ser considerada como técnica, método ou disciplina. Utilizá-la como técnica significa dizer que a entrevista não é um complemento, mas um coadjuvante para outras metodologias. Como método, ela privilegia as narrativas enquanto atenção central dos estudos. A história oral “se constitui num objeto definido, com fundamentação filosófica, procedimentos claros e pré-estabelecidos que a justifica como método” (LIMA, 2000, p.10).

A história oral consiste na gravação de depoimentos, narrativas pessoais ditas de pessoa para pessoa, com o uso de equipamentos eletrônicos, como gravadores, fitas cassete ou de vídeo. Pelo uso dos meios eletrônicos, a história oral mostra as vantagens do manejo de artefatos da atualidade que têm também sentido para a produção, preservação de documentos e para as análises sociais (MEIHY, 2002).

Por meio desta metodologia, também é possível investigar experiências particulares, compreender a sociedade através do indivíduo que nela vive, de grupos sociais e de outros fenômenos baseados nos depoimentos daqueles que vivenciaram o fato.

Segundo Ataíde (2002), é através da história oral que se prioriza a versão do entrevistado, o significado de sua experiência pessoal e sua riqueza de vivências. Por intermédio de sua narrativa, o entrevistado explica sua própria vida, desde a infância até os dias atuais, e vai esclarecendo seus valores e as experiências sociais que influíram no curso de sua vida.

Assim sendo, a escolha deste método para responder ao meu objeto de estudo foi definitivo para a sua execução, a partir do momento em que objetivo analisar a história de vida de agressores sexuais infanto-juvenis. Este método permite também o registro de inúmeras narrativas de experiência de vida, viabilizando o acesso a visões de mundo e histórias de vida vindas de diferentes classes sociais.

A definição da história oral se dá em quatro etapas: a primeira diz respeito à elaboração do projeto, em que se devem definir critérios de procedimentos, a saber, se o mesmo se tratará de um banco de dados ou pesquisa. Segunda etapa, a gravação, terceira fase a confecção do material escrito onde se deve estabelecer o tipo de transcrição e, por fim, análise (MEIHY, 2002).

A história oral se divide em história oral de vida, tradição oral e história oral temática. “Na história oral temática a entrevista tem caráter de depoimento, realizada por um grupo de pessoas sobre um assunto específico” (MARCONI, LAKATOS, 2007, p.141).

Segundo Alberti (2004), o depoimento do entrevistado é norteado pela sua visão de mundo. Esta visão imprime significados aos fatos e acontecimentos narrados. É particular ao depoente, mas se constitui enquanto elemento indispensável para a compreensão da história de seu grupo social, sua geração, seu país, etc.

A história oral, neste estudo, será utilizada como abordagem metodológica em que há “um envolvimento do pesquisador com o objeto de estudo, procurando desvendá-lo a partir dos relatos orais dos sujeitos envolvidos, em complementaridade com o uso de outras fontes escritas, materiais, icnográficas, etc” (DEMARTINI, LANG, CAMPOS, 2001, p. 82).

3.3 LOCAL DE ESTUDO

O estudo foi realizado de agosto de 2008 a janeiro de 2009. Os dados quantitativos foram coletados na Vara de execuções Penais e os dados qualitativos na Penitenciária Lemos de Brito. A primeira está localizada no Centro Administrativo da Bahia e a segunda, no Bairro da Mata Escura, ambas localizadas no Município de Salvador.

Pela vara de execuções penais transitam todos os processos para a deliberação da pena de um condenado. Por este motivo, partimos inicialmente para a coleta dos dados quantitativos nesta unidade, a fim de conseguir ter acesso a todos os processos de agressores que já tinham sido julgados, condenados e que cumpriam pena no Município. Cabe salientar que os dados quantitativos coletados na Vara de Execuções Penais neste estudo serviram apenas para a quantificação e caracterização social e demográfica dos agressores.

A Penitenciária Lemos de Brito faz parte de uma das nove unidades prisionais do Estado da Bahia, na capital, e tem por finalidade custodiar presos condenados, dando cumprimento às penas privativas de liberdade em regime fechado e com segurança máxima.

3.4 SUJEITOS DO ESTUDO

Participaram de nossa pesquisa 79 homens que cumpriam pena por crime sexual contra crianças e adolescentes na faixa etária entre 0 e 19 anos e que estivessem sob regime fechado na Penitenciária Lemos de Brito, no entanto, para as entrevistas foram selecionados somente 05 sujeitos devido as dificuldades de acesso a população de estudo. A faixa etária escolhida

para a população infanto-juvenil respeita a estabelecida pela Organização Mundial de Saúde (OMS) para a classificação de crianças e adolescentes.

A escolha dos sujeitos a serem entrevistados seguiu as orientações de Alberti (2004), levando-se em consideração a possibilidade de realização das entrevistas, as dificuldades que poderiam impedir a participação dos depoentes, a obtenção dos objetivos deste estudo e o conhecimento prévio sobre o objeto.

Contudo, é ainda de suma importância atentar para o fato de que as “unidades qualitativas” sejam selecionadas segundo a sua representatividade no grupo, de acordo com o objeto e os que poderiam oferecer depoimentos mais confiáveis e significativos.

Com relação ao número de entrevistados, considerando o método da história oral e seguindo os critérios qualitativos e não quantitativos, recorreremos ao conceito de “saturação”, formulado por Bertaux. Segundo ele, “há um momento em que as entrevistas acabam por se repetir, seja em seu conteúdo, seja na forma pela qual se constrói a narrativa, (...) quando as entrevistas começam a se tornar repetitivas, continuar o trabalho significa aumentar o investimento enquanto o retorno é reduzido”. (BERTAUX, 1980, p.197)

O método de saturação foi relevante para a finalização das entrevistas, visto que a pesquisadora esteve atenta ao processo de repetição das narrativas, conseguindo explorar de maneira eficiente o objeto de estudo e possibilitando uma análise satisfatória do conteúdo.

3.5 PRINCÍPIOS ÉTICOS DA PESQUISA

Este estudo é parte integrante de uma pesquisa maior intitulada “Violência na população negra”, financiada pelo CNPq e submetida e aprovada pelo Comitê de Ética da Maternidade Climério de Oliveira em 12 de fevereiro de 2007. Entretanto, considerando as peculiaridades deste estudo, nós o encaminhamos como projeto exclusivo para o Comitê de ética da Faculdade de Tecnologias e Ciências de Salvador, aprovado em 15 de dezembro de 2008. Com a pesquisa aprovada, iniciamos as entrevistas.

O estudo foi elaborado e executado dentro das Normas e Diretrizes Regulamentadoras da Pesquisa com Seres Humanos, preconizadas de acordo com a Resolução nº 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, que afirma que “o respeito de vida à dignidade humana exige que toda pesquisa se processe após consentimento livre e esclarecido dos sujeitos que por si e/ou representantes legais manifestem a sua anuência à participação na pesquisa”.

De acordo com este princípio, elaboramos um Termo de Consentimento (Apêndice I) contendo informações referentes ao objetivo da pesquisa e à relevância do estudo: também

garantimos o anonimato dos sujeitos que aceitaram participar da pesquisa e a autonomia dos sujeitos: ou seja, garantimos a eles o direito de não aceitar participar ou de se retirar em qualquer das fases da pesquisa, sem que lhes fosse imposta uma penalização. Também levamos em consideração a questão da fragilidade e do constrangimento, reconhecidas e respeitadas como o estado de pessoas ou grupos que, por quaisquer razões ou motivos, tenham a sua capacidade de autodeterminação reduzida.

3.6 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Os dados quantitativos foram coletados através da pesquisa documental dos processos de cada sujeito. Para tanto, elaboramos uma ficha de coleta de dados contendo as variáveis idade, cor/raça, grau de parentesco com a vítima, escolaridade, ocupação e estado civil.

Os dados qualitativos foram coletados através da entrevista acompanhada de um roteiro com questões norteadoras fundamentadas na história oral temática e um gravador de fita cassete, essencial nas entrevistas realizadas pelo método da história oral.

3.7 COLETA DE DADOS

Em se tratando de grupo de risco, de que fazem parte os sujeitos deste estudo, e levando-se em consideração o ambiente em que as entrevistas aconteceram, inicialmente, em Outubro de 2007, contatamos os Juízes da 1ª e 2ª Vara Criminal Especializada da Infância e Juventude a fim de solicitar autorização para ter acesso aos processos dos detentos que haviam cometido crimes sexuais contra crianças e adolescentes e que ficaram registrados na Delegacia de repressão aos crimes contra crianças e adolescentes (DERCA). De posse das autorizações, o segundo passo (em junho de 2008) foi realizar uma visita à Vara de Execuções Penais, com o propósito de pleitear autorização para realizar um levantamento dos processos de criminosos que já haviam sido julgados e cumpriam pena naquele período no município de Salvador.

Encontramos 3.600 processos, que foram analisados individualmente e separados de acordo com o código do crime que correspondiam aos códigos 217 e 218, que segundo o Código Penal¹ brasileiro dizem respeito aos crimes sexuais.

¹ Crime de sedução e corrupção de menores. Se uma jovem entre 14 e 18 anos for levada a manter relações sexuais ela está sendo vítima dos crimes de sedução e corrupção de menor. No caso de menor de 14 anos, o crime passa a ser o de estupro ou atentado violento ao pudor, pois se considera que houve violência.

Dos processos analisados, 145 processos julgados foram relativos a crimes sexuais, 57 destes não se encontravam na Vara de execuções penais, pois alguns estavam sob posse de outras comarcas, outros se encontravam no Ministério Público ou estavam sendo consultados pelos próprios advogados de defesa dos detentos. Este fato impossibilitou a inclusão destes sujeitos na pesquisa, restando então 88 processos para consulta. Após análise destes 88 processos identificamos que 09 deles se referiam a outras faixas etárias e somente 79 processos correspondiam a crimes sexuais cometidos contra crianças e adolescentes.

Logo após a identificação dos agressores, os dados quantitativos começaram a ser coletados pela pesquisadora e por uma bolsista do PIBIC - Programa de Iniciação Científica, por meio do preenchimento das fichas de coleta, tendo como fonte os processos dos sujeitos condenados. A coleta dos dados quantitativos ocorreu entre agosto e outubro de 2008.

As entrevistas foram realizadas pela pesquisadora entre dezembro de 2008 e janeiro de 2009, onde, de posse do parecer do Comitê de Ética, fez um contato prévio com o primeiro entrevistado. Nestes encontros que antecediam as entrevistas, a autora se apresentou como pesquisadora, explicou o objeto e os objetivos da pesquisa, a técnica de coleta de dados, a justificativa para o estudo, fez a leitura do termo de consentimento, ficando à disposição para responder a todas as dúvidas.

Depois disso, entregamos o termo de consentimento livre e esclarecido aos sujeitos para a leitura e posterior assinatura do mesmo. Neste mesmo encontro, agendávamos a realização da entrevista e determinávamos o local onde ela aconteceria. Neste caso em especial, devido à realidade dos depoentes, o local da entrevista não foi estabelecido de comum acordo, como propõe Alberti (1990), que afirma que ela deve ser feita de acordo com a preferência do entrevistado.

A escolha do local foi decidida de comum acordo entre a pesquisadora, o diretor da instituição e a assistente social, levando-se em consideração a segurança tanto do entrevistado quanto do entrevistador. No entanto, outras medidas, como a retirada das algemas, foram adotadas, a fim de diminuir o constrangimento entre as partes. As entrevistas foram realizadas numa ante-sala do serviço social, onde a privacidade do entrevistado foi mantida e respeitada.

Antes de iniciar a entrevista, lemos o roteiro e esclarecemos possíveis dúvidas. Durante as entrevistas, atentei para a linguagem não verbal e as reações emocionais que algumas vezes provocavam uma breve interrupção. Percebi que durante as entrevistas alguns dos entrevistados, ao recordar fases de suas vidas, se emocionavam profundamente, principalmente ao lembrar a infância e fazer associações com a família. Outro fato que me chamou a atenção foi a colaboração deles com a pesquisa, mesmo depois que souberam que

aquela entrevista não traria nenhum tipo de benefício para o processo. Percebi que cada um deles estavam querendo uma oportunidade de falar sobre suas vidas e sobre o motivo que os levou para a prisão.

A realização das entrevistas transcorreu de forma agradável, a partir de uma relação de empatia e respeito: procuramos ouvir atentamente suas histórias e percebemos a colaboração de cada um deles ao falar o que era preciso para a construção deste estudo. Alberti (1990, p.69) comenta sobre a importância desta relação no momento da entrevista, afirmando que “a qualidade da entrevista, das informações obtidas e das declarações, associações e opiniões emitidas pelos entrevistados, dependem estritamente da relação estabelecida entre as partes”.

Foram realizadas entrevistas com 06 sujeitos. Um deles, no entanto, desistiu de participar da pesquisa antes mesmo de concluirmos a entrevista, restando assim 05 sujeitos entrevistados. Encerramos as entrevistas nestes sujeitos, pois percebemos que, alcançando este quantitativo, havíamos atingido também um ponto de saturação nos seus depoimentos.

Durante o processo de transcrição, os nomes dos agressores foram substituídos por pseudônimos e eles foram chamados de João, Pedro, Matheus, Tiago e Tomé.

3.8 ORGANIZAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA

A organização e análise dos dados quantitativos envolveu a descrição de características de interesse da população do estudo por meio de tabelas univariadas e bivariadas, gráficos, médias e desvio padrão, objetivando caracterizar a população. Para verificar diferenças entre as proporções, utilizamos o Teste Qui-quadrado Exato de Fisher, considerando o nível de significância estatística de 5% de probabilidade.

Para a constituição do banco de dados, utilizamos o software Microsoft Access e para a análise dos dados, o STATA versão 8.0. Ao finalizar a realização das entrevistas e de sua transcrição, iniciamos o processo de análise dos dados qualitativos, fundamentado na análise de conteúdo de Bardin(2002). Segundo a autora, esta técnica compõe, “(...) um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens.” (BARDIN, 2002, p.420)

Seguimos as seguintes etapas: a) constituição do corpus; b) composição das unidades de análise; c) procedimento de análise; d) as categorias e subcategorias temáticas.

O corpus foi constituído por cinco entrevistas. A composição das unidades de análise foi realizada após a leitura flutuante das cinco entrevistas, transformadas em unidades de registro e agrupadas por semelhanças de conteúdo, extraído dos depoimentos analisados. Em seguida, realizamos uma decomposição dos discursos e a compilação dos temas, o que resultou em um agrupamento de categorias e subcategorias. A discussão dos resultados foi feita com base no referencial teórico de violência, masculinidade e gênero.

O **QUADRO 1** apresentamos a organização dos temas, categorias e subcategorias.

TEMAS	CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS
INFÂNCIA	4.3.1.1 Vivência de violência na relação com os pais ou responsáveis	<ul style="list-style-type: none"> • Violência Física • Violência por Negligência • Violência pelo uso de Álcool e Drogas
	4.3.1.2. Testemunhando cena de violência vivenciada pela mãe	
	4.3.1.3 Trabalho infantil	
	4.3.1.4 Infância sem brincadeiras	
ADOLESCÊNCIA	4.3.2.1 Vivência de violência	
	4.3.2.2 Perda da Mãe	
	4.3.2.3 Violência pelo uso de álcool e drogas	
	4.3.2.4 Sexo	
	4.3.2.5 Relação de escola e trabalho	
FASE ADULTA	4.3.3.1 Relações familiares	<ul style="list-style-type: none"> • Relação com a Esposa/Companheira • Relação com os filhos
	4.3.3.2 O estupro	<ul style="list-style-type: none"> • Eu não estupro! • Eu não lembro se estupro! • Vítima da denúncia
	4.3.3.3 Prisão	<ul style="list-style-type: none"> • A tortura na prisão • Evangelização na prisão

Quadro 1: Análise de conteúdo das entrevistas

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DAS HISTÓRIAS ORAIS DOS AGRESSORES DE VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTO-JUVENIL

Três partes compõem este capítulo. A primeira abordará características relacionadas com o perfil social e demográfico de todos os agressores encontrados na pesquisa documental. A segunda contará as histórias de suas vidas e a terceira irá analisar essas histórias.

4.1 CARACTERÍSTICAS SOCIAIS E DEMOGRÁFICAS DOS SUJEITOS DO ESTUDO

Dos 79 processos contra homens que estavam cumprindo pena por crime sexual, encontramos 117 ocorrências de violência. Quanto ao sexo das vítimas, em 16% dos casos a violência foi praticada contra crianças e adolescentes do sexo masculino e em 84%, do sexo feminino, o que mostra que o sexo feminino se mostra mais vulnerável. Quanto aos aspectos sociais e demográficos do agressor, utilizamos as variáveis sexo, grupo etário, raça/cor, grau de escolaridade e estado civil, descritas na **Tabela 1**, a seguir:

Tabela 1: Características sociais e demográficas dos agressores. Salvador (BA), 2009 .

Variáveis	N	(%)
Idade Média ± Desvio Padrão	34 ± 10,3	
Sexo (n=79)		
Feminino	0	0,0
Masculino	79	100,0
Grupo Etário (n=77)		
10 – 19	2	2,60
20 – 29	31	40,26
30 – 39	19	24,68
40 – 49	19	24,68
50 e mais	6	7,79
Raça/Cor (n=79)		
Branco	3	3,80
Pardo	33	41,77
Preto	12	15,19
Não consta	31	39,24
Escolaridade (n=70)		
Nunca foi à escola	18	25,71
1º Grau incompleto	38	54,29
1º Grau completo	9	12,86
2º Grau incompleto	3	4,29
2º Grau completo	2	2,86
Estado civil (n=75)		
Solteiro	59	78,67
Casado	13	17,33
Divorciado	3	4,00

Fonte: História oral de agressores de violência sexual infanto-juvenil, UFBA, 2008.

No que diz respeito à idade, pudemos observar que 40,26% dos entrevistados, por ocasião da agressão cometida, encontravam-se na faixa etária entre os 20 e os 29 anos. Com relação à cor, 56,9% dos agressores são negros, sendo 41,7% de pardos e 15,2% de pretos.

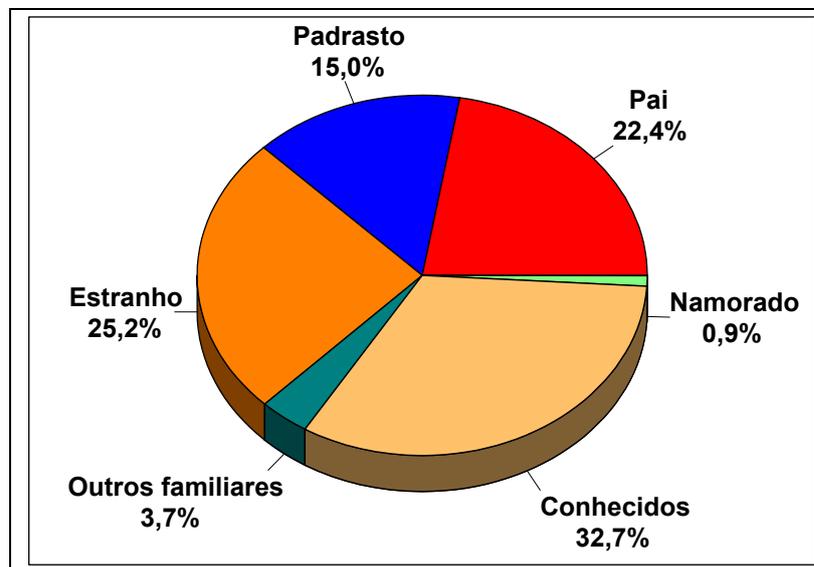
Neste estudo, utilizamos a distinção entre as cores preta e parda, seguindo o critério das fichas de classificação. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) estabelece que o termo “população negra” abrange as populações preta e parda em conjunto, de acordo com os termos adotados para nomear as raças/etnias que compõem a população brasileira.

Vale ressaltar que, segundo Adorno (1998) e Leitão (2008), os negros constituem o grupo mais presente dentro das penitenciárias brasileiras, sendo também presença majoritária na Penitenciária Lemos de Brito, na cidade de Salvador.

Quanto ao grau de escolaridade, observamos que 54,3% apresentavam o primeiro grau incompleto e 25,7% deles nunca havia freqüentado a escola. No que se refere ao estado civil, a grande maioria dos agressores (78,67%) era constituída por homens solteiros.

Quanto à variável relação do agressor com a vítima, vejamos o gráfico 1.

Gráfico 1. Distribuição percentual da relação do agressor com a vítima



Fonte: UFBA, 2009.

Neste gráfico podemos perceber que o agressor, em sua maioria, exercendo o papel de pai ou padrasto (22,4% e 15,2%, respectivamente), enquanto outros familiares aparecem com 3,7%, ou seja, juntos pais e padrasto representam 41% da violência praticada no espaço doméstico.

Estes dados podem ser confirmados pelo que diz um estudo realizado no Serviço de Atenção à Pessoa em Situação de Violência no município de Salvador (BA), em 2003, por Diniz et al. (2007) que mostra que 40% dos agressores era de pais e padrastos das vítimas: resumindo, crianças e adolescentes estão mais vulneráveis à violência familiar. A autora também afirma que “tal vulnerabilidade se justifica a partir de relações que poderiam ser de confiança e proteção, mas que, no entanto, são utilizadas como subterfúgios para a violência” (DINIZ et al., 2007, p.03).

Citando Saffioti (1999), a autora observa que “no espaço doméstico por um processo de domínio e poder estabelecidos por regras sociais, agressores com laços consangüíneos ou de parentesco perpetram a violência sexual que se pode chamar de violência intrafamiliar” (DINIZ et al., 2007, p. 05)

4.2 A HISTÓRIA DOS AGRESSORES

Aqui começa a descrição das histórias de vida a partir das entrevistas realizadas com os sujeitos, respeitando o ciclo de vida e trazendo recorte de relatos considerados relevantes para a compreensão das histórias.

4.2.1 História do Senhor João

Senhor João tem 60 anos, é negro, solteiro, lavrador e analfabeto. Tem 9 filhos e netos (não sabe informar quantos). Foi condenado a 21 anos de prisão em regime fechado por estuprar suas filhas de 12, 7 e 6 anos de idade. Já cumpriu nove anos da pena e se declara inocente.

Natural de Goiás veio para o interior da Bahia na década de 70 para trabalhar na lavoura: acabou fixando residência em Riachão das Neves. Sr. João se declara uma pessoa muito sofrida. Diz que não teve infância, pois começou a trabalhar muito novinho, com apenas oito anos de idade. Tinha mãe e dois irmãos, mas estes foram separados quando ele ainda era criança. Nunca conheceu o pai nem parentes próximos. Realizou trabalhos pesados na fazenda onde morava, chamava os patrões de criadores, pois não recebia salário. Em troca dos trabalhos que fazia, tinha um lugar para dormir e alguma comida de vez em quando.

Afirma ter sofrido violência física diariamente, por muitas vezes não conseguir dar conta dos serviços pesados que lhe eram destinados. Não podia brincar, não tinha amigos, trabalhava sem parar para pagar o que comia e ajudar a mãe. Não tinha recursos para estudar ou dinheiro para suprir suas necessidades (sapatos, vestimentas, etc.). A esse respeito, diz “...eu tinha vontade de estudar, eu pedi aos meus criador, mas eles dizia que nêgo não estudava que estudo era luxo e era só pra gente branco e rico...”

O Senhor João diz que enquanto ele era criança, suas necessidades básicas, tais como moradia, educação, alimentação e vestuário, foram precariamente atendidas. Em muitos momentos durante a entrevista, ele se emocionava, principalmente ao recordar a infância.

Eu não tive infância, comecei a trabalhar com oito anos de idade: ou a gente trabalhava ou morria, era como escravo... Eu não fui de brincar... Eu nunca tive tempo de brincar (cabeça baixa e olhos lacrimejando). (Nestes momentos de profunda emotividade, fazíamos uma pausa até que o entrevistado espontaneamente resolvesse voltar a falar).

Quando perguntado se já havia sofrido violência, o entrevistado me surpreendeu ao demonstrar claramente que todos os fatos que haviam ocorrido em sua infância podiam ser interpretados como uma violência.

Eu tive muito sofrimento. A violência que eu sofri foi de taca, de pancada... Apanhava muito dos outros, dos donos que a gente ficava, batia muito na gente porque a gente não dava conta de tudo, trabalhando fazendo aquele serviço pesado... Eu era forçado a fazer trabalho que eu não tinha condição de fazer... Que naquela época os donos eram muito carrasco, não tinha lei...

João perdeu a mãe ainda muito jovem, com 14 anos de idade. A partir de então, teve de ganhar a vida. Ele continua, dizendo que ainda antes de perder a mãe, presenciou seu estupro, fato que lhe marcou.

Aos 17 anos, saiu pelo mundo, parando onde lhe ofereciam emprego. Neste íterim, encontrou sua primeira namorada, mas eles não se tocavam. Ele diz, em seu discurso, que tinha medo de gente: “Ela pegava em mim eu ficava todo tremendo... Ela me deixava nervoso... Eu danava a chorar porque eu tinha medo de mulher... Nós namorava mas eu não beijei na boca dela não”.

Com 21 anos de idade, teve sua primeira relação sexual com uma mulher mais velha 20 anos. Alguns anos depois encontrou Joana, a mãe de seus filhos, com quem viveu durante 20 anos. No entanto, faz questão de ressaltar: “Não casei...eu não sou casado”.

Na época da denúncia, trabalhava em outro Município, que não era o mesmo em que morava, e ficava pelo menos 15 dias fora de casa. Considera-se um bom homem, bom pai e bom esposo. Informa que estava sendo traído pela esposa e que o sobrinho do prefeito chegou a flagrá-los em um momento de intimidade: no entanto, como bom esposo que era, preferiu perdoá-la.

Foi denunciado pela esposa pelo estupro das filhas. Não entendeu a atitude dela. Declarou em seu depoimento que tudo não passava de armação: uma artimanha para lhe tomar a casa, o gado, as galinhas e a terra. Já havia sido inclusive avisado pela vizinhança sobre a traição da mulher, mas não acreditou: “Cumpadre, tem que vigiar melhor a tua casa... Porque o seguinte, raposa tá comendo tua galinha”.

No entanto, o Senhor João, homem sem malícia (como ele mesmo diz) não conseguia compreender o que se passava. A prisão aconteceu em casa, que foi invadida por três policiais armados: ele foi algemado e espancado. Não entendia o que estava acontecendo. Afirma que para confessar o crime sofreu muita violência física. Ao final, declarou-se culpado:

“Eu estava quase morto... Eu fui obrigado a dizer”.

Durante o período que passou na prisão, converteu-se ao Evangelismo e, apesar de não se considerar culpado, diz estar disposto a pagar pelo crime, em nome da Fé.

4.2.2 História de Senhor Pedro

O Senhor Pedro tem mais ou menos 25 anos (não sabe exatamente, não tem documentos), se declara branco, apesar da pele escura, tem cabelos encaracolados e feições negróides, é solteiro e analfabeto. Foi condenado a oito anos e dois meses de prisão em regime fechado por ter estuprado uma menina de seis anos de idade, filha da mulher que o hospedava. Já cumpriu cinco anos e três meses de pena. Não se declara inocente, mas também diz não saber se é realmente culpado.

O Senhor Pedro é natural do interior da Bahia, mais precisamente Bom Jesus da Lapa e diz que sua infância foi permeada de muito sofrimento. Logo quando nasceu foi rejeitado pela mãe, que, segundo informações dadas por sua avó, não tinha condições de cuidar dele. Seu pai também não podia criá-lo. Por isso a criação dele ficou a cargo de sua avó paterna. Tinha quatro irmãos por parte de mãe: conviveu com três deles. Nunca conheceu a mãe. Nunca foi à escola.

Conta que foi obrigado a trabalhar desde muito cedo, ainda com dez anos de idade, porque a avó não tinha condições financeiras para sustentá-lo. Trabalhava como engraxate na rodoviária. Ele relata que eles não tinham moradia fixa e permaneciam onde conseguiam algum alimento. Moravam em acampamento montado debaixo de árvores, em barracas.

Durante o tempo em que conviveu com o pai, se lembra de ele ser usuário de drogas e alcoólatra, o que o levou à morte em consequência de problemas no fígado. Confessa que o pai tinha ciúmes dele, por ele ser seu único filho.

Aos dez anos de idade, começou a usar drogas e a fazer uso de bebidas alcoólicas: “ Eu usava química demais na minha mente para eu esquecer o sofrimento da minha família... Minha família sofria muito”.

Aos quinze anos de idade, conheceu a primeira namorada, uma mulher mais velha, maior de idade e experiente, com quem teve sua primeira experiência sexual. Ele diz que morou com ela por algum tempo.

Diz que durante este período sofreu muita violência física e teve experiências sexuais que o deixavam constrangido e humilhado.

Por ser de menor, ela aproveitava muitas coisas de mim... De me bater, que eu não conseguia me defender dela... Meu corpo todo zunhado(...) Muitas vezes as irmãs dela tava lá também... Elas trancavam a porta... Me surrava.. Começavam a zombar de mim...

Também foi nesse período que perdeu o pai. Confessa que a adolescência e a infância foram marcadas por sofrimento. A família é citada em todo seu discurso como o apoio que gostaria de ter tido e não teve. Para Pedro, todo o seu sofrimento gira em torno da falta de um lar.

Ainda na adolescência, viajou para Brasília a fim de conseguir trabalho e conheceu um rapaz que o levou para Guanambi, onde este tinha uma tia, para passarem um período trabalhando. Na casa desta senhora, moravam também duas meninas, uma de seis e outra de oito anos de idade, ambas filhas da dona da casa. Pedro conviveu durante algum tempo com esta família: “ Ajudava, arrumava alimento, dinheiro pra cuidar dela e dos filho dela também que tava lá. Ia juntamente com ela pra rua”.

Ele diz que sua intenção era trabalhar para poder ajudar a família, que estava em Bom Jesus da Lapa passando fome. Durante esse período, continuou a usar drogas, experimentando substâncias cada vez mais fortes, entre as quais o *tinner* e a cola.

Em seu relato, ele deixa claro que a dona da casa onde morava nutria sentimentos amorosos por ele, mas não era correspondida, o que talvez justifique a denúncia feita.

Pedro foi denunciado por estupro contra a menina de seis anos, com quem morava. Ele afirma que no dia do crime foi convidado pelo sobrinho da dona da casa a se drogarem. Após consumir drogas durante toda a noite, conta que acordou na delegacia, onde estava sendo acusado de estupro.

Diz ainda que sofreu violência física por parte de membros da comunidade e dos outros presos. Apesar de não se declarar inocente, a vítima nega sua participação neste crime. Sugere que foi uma armação entre a mãe da menina, ao se sentir rejeitada, e seu sobrinho, que, no dia seguinte ao crime, fugiu de Guanambi.

Na cadeia, converteu-se ao Evangelismo e acredita que agora está conhecendo a felicidade. Quer sair da prisão e voltar para casa, para junto de sua avó e de seus irmãos, que não vê há seis anos.

4.2.3 História do Senhor Mateus

O Senhor Mateus tem 61 anos, é negro, divorciado, carpinteiro e tem primeiro grau incompleto. Tem 14 filhos, 13 netos e três bisnetos. Foi condenado a 08 anos de prisão em regime fechado por ter praticado atos libidinosos com uma menina de sete anos de idade. Já cumpriu três anos de pena. Não se declara inocente, mas também não se julga culpado.

Natural do interior da Bahia morou com os pais e quinze irmãos. Considera que tinha uma boa relação com seus pais, apesar de afirmar que era espancado por ambos. Quando perguntado sobre sua infância, declara que não teve infância, porque começou a trabalhar muito cedo. Considera que foi uma infância infeliz: não podia brincar ir a festas ou se divertir na rua com outras crianças: “ Não tinha negócio de brincar, era trabalho, trabalho, trabalho... Toda vida foi assim.”

Freqüentou a escola somente dos seis aos oito anos de idade. Teve que deixar a escola, porque teve de trabalhar cedo para ajudar no sustento da família. Disse que era trabalho pesado para uma criança: na roça, com enxada, foice, picareta, cortando cana, cortando lenha, apanhando água na fonte, e assim por diante.

Afirma ter sido vítima de constante violência física por parte do pai, muitas vezes injustamente. Começou a beber com sete anos de idade (a bebida era oferecida pelo próprio pai), e a fumar com dez anos (ele mesmo plantava e cultivava sua erva de fumo, com autorização do pai): “ Sempre bebi, sempre fumei...”

Aos dezesseis anos, fugiu de casa, por não suportar tanto sofrimento, violência e privações. Veio para Salvador trabalhar como ajudante de pedreiro. Começou a trabalhar para os outros e tentava se manter como podia. Aos dezessete, conheceu a primeira namorada, com quem teve sua primeira experiência sexual. Declara que não teve adolescência.

Aos 20 anos de idade, casou e atualmente é pai de 14 filhos. Confessa que hoje (enquanto está preso) tem uma boa relação com os filhos. É divorciado desde 1997, mas mantém contato com a família e ajuda na criação dos filhos.

Ele se considera um bom pai, por nunca ter usado de violência com os filhos. No entanto, confirma ser duro e severo e parece que reproduz o mesmo tipo de criação autoritária recebida.

Quando eu falo com eles, basta eu falar... Daqui pra lá eu falo pelo telefone com o menino de 19 anos... Ele chora... Mas violência com ele eu não tenho.

À época da denúncia mantinha boas relações com os pais da vítima, eram amigos e vizinhos. Informa que haviam bebido durante todo o dia, mas não se lembra de ter tocado na menina. Foi uma denúncia feita pela mãe da criança com o apoio do pai.

Senhor Mateus sente-se traído pelo amigo pois diz que achou a denúncia desnecessária mesmo que o fato tivesse sido comprovado, pois nas condições que se encontrava, bêbado, não tinha noção dos seus atos. Ainda comenta que tinha duas mulheres na época do crime e não tinha intenção nem precisava de outra pessoa (mulher) para satisfazê-lo.

Passaram-se três anos desde a denúncia até a sua prisão. Demonstra estar muito tranquilo no cumprimento de sua pena. Espera conseguir uma condicional e voltar para o interior. Relata que sua passagem pela prisão está sendo “agradável”, pois mantém relações de amizade, tem um trabalho e possui alguns benefícios, como poder circular na área livre e trabalhar na oficina da prisão.

4.2.4 História do Senhor Tiago

Senhor Tiago tem 32 anos, pardo, solteiro, ajudante de cozinha, primeiro grau incompleto. Tem 2 filhas. Condenado a 15 anos de prisão em regime fechado por estupro de suas filhas de 2 e 6 anos de idade. Já cumpriu 6 anos e 8 meses de sua pena. Declara-se inocente.

Ao lembrar sua infância revela que foi um período de sofrimento, pois foi desprezado pela família e perdeu a mãe ainda muito jovem. Aos dez anos de idade era obrigado pelo pai a

trabalhar, vendia lanche e picolé nas ruas. Tinha 8 irmãos, um já falecido por se envolver com a criminalidade: “ Era obrigado a trabalhar porque meu pai não queria que ficasse em casa sem fazer nada, tinha que trabalhar desde pequeno, sempre foi duro”.

Diz ter sido espancado pelos pais enquanto criança vivia num ambiente onde aconteciam brigas domésticas diárias e presenciava também a violência praticada contra sua mãe. Esta apanhava sempre do seu pai.

Aos nove anos de idade fugiu de casa e foi morar na rua, retornando vez outra para o seu lar. Durante este período aprendeu a realizar pequenos furtos como doces, balas, etc. Freqüentou muito pouco a escola não concluiu o ensino básico.

Após a morte da mãe aos 13 anos de idade afirma que sua família foi destruída. Seu pai envolveu-se com outra mulher o que tornou a sua vida e de seus irmãos mais difícil. Ainda neste período conheceu sua primeira namorada e teve sua primeira experiência sexual. Aos 19 anos teve sua primeira filha, sua companheira na época tinha 14 anos de idade. Mais tarde teve outra filha. Comenta que após ter constituído família sua vida ficou atrapalhada. Era infiel, causava muitas discussões e brigas em seu lar e espancava sua esposa.

No início eu me dava super bem. Aí...eu tive minhas filhas...depois desandou.

Tiago sem perceber, reproduzia o mesmo comportamento de seu pai.

Considera que foi denunciado por vingança da esposa devido aos maus tratos que ele causava e pelo seu sogro com quem não se dava bem e já havia brigado e ameaçado de morte.

Apesar destes relatos, Tiago considera-se um bom pai, amado por suas filhas. No dia de sua prisão informa que sua residência foi invadida pela polícia, ele foi algemado e espancado. Demonstra uma grande revolta por ser acusado de tal crime.

Informa que sofreu muita violência física durante o tempo que passou na cadeia, nega ter sofrido qualquer tipo de violência sexual: “ A violência que eu sofri lá dentro daquele lugar ali...eu pedi foi a morte...”

Demonstra sentimento de ódio pelas pessoas que o denunciaram.

...antes eu tinha raiva..pinteí o diabo para me tirar da cadeia pra eu matar a família, entendeu....porque ninguém acreditou em mim.

Durante a sua prisão converteu-se como evangélico e considera que o período que está passando detido o está ajudando a ser outra pessoa, uma pessoa melhor.

4.2.5 História de Senhor Tomé

Senhor Tomé tem 58 anos, negro, casado, lavrador, primeiro grau incompleto. Tem 2 filhos e 4 netos. Condenado a 11 anos de prisão em regime fechado por estuprar sua filha de 12 anos. Já cumpriu 3 anos e 4 meses de sua pena. Declara-se inocente.

Senhor Tomé é natural do interior da Paraíba, durante a infância morou com os pais e os oito irmãos. Declara que não teve uma infância infeliz apesar de ter começado a trabalhar na roça com serviços pesados aos 8 anos de idade.

Informava que sofria violência física por parte dos pais e não podia freqüentar a escola devido a exaustão que o trabalho diário provocava nele e em seus irmãos. Revela que seus pais brigavam muito, motivo pelo qual o pai bebia e a mãe o agredia. Informa que não teve amigos na infância, fato este que traz consigo até a adultice, onde declara que não tem nem nunca teve amigos. Na infância brincava com os irmãos.

(...) eu não tinha amigos, nunca tive amigos pra andar. Toda vida eu fui um menino tapado.

Teve seu primeiro relacionamento amoroso e experiência sexual aos 12 anos de idade. Aos quatorze anos de idade fugiu de casa pela primeira vez devido a um desentendimento com seu pai. Ainda com quatorze anos saiu de casa definitivamente indo morar na capital da Paraíba. Nesta época morou em barracas e passava privações. Aos dezenove anos constituiu a sua primeira família. Afirma que sempre foi um homem leviano e não queria se prender a nenhuma mulher. Alguns anos mais tarde casou-se novamente, onde teve 3 filhos. Destes somente um encontra-se vivo.

Após dezoito anos de convivência com sua segunda esposa casou-se novamente e teve mais uma filha, neste período encontrava-se morando em Maceió- Alagoas. Foi acusado de estuprar sua filha do terceiro casamento que na época encontrava-se com 12 anos de idade. Informa que foi uma armação da filha devido aos castigos físicos que cometia contra a mesma. Mesmo sua filha sendo tão jovem Tomé afirma que ela tinha uma vida sexual ativa e andava com muitos homens, motivo pelo qual foi castigada. Informa que não sabe porquê foi condenado: “ Eu acho que as coisas foram arranjadas pra mim(...) eu tava com uma fama que não era minha”

Espera sair logo da prisão para voltar para sua cidade. Tem planos de reatar com sua esposa, mas revela que não quer saber da filha.

4.3 ANÁLISE DA HISTÓRIA ORAL DOS AGRESSORES

A partir das histórias de vida dos sujeitos e levando-se em consideração o ciclo de vida identificamos como temas: a Infância, a Adolescência e a Fase Adulta.

4.3.1 TEMA: Infância

4.3.1.1 Vivência de violência na relação com os pais ou responsáveis

Violência Física

Observamos nas histórias dos sujeitos do estudo vivências de violência na infância praticadas por pais ou adultos responsáveis e cenas de violência na relação dos pais.

(...) pai era muito rígido, duro com os filhos, com qualquer coisa tava reclamando e brigando (...) muitas vezes apanhava injusto. (Mateus)

(...) meus pais brigavam, meu pai batia na minha mãe... a gente via, mandava parar. ...eu apanhava bastante de minha mãe, de meu pai também ...meu pai batia muito..... (Tiago)

Eu tive muito sofrimento, apanhava muito dos donos (Patrão) que a gente ficava. (João)

Nesta relação se evidencia uma questão de gênero onde o poder do masculino se manifesta na relação com a mulher, filhos ou crianças sob a sua responsabilidade, neste caso, mais vulneráveis.

Schmickler (2006) aponta que “um pai perverso como modelo pode ser o responsável pela repetição dos seus comportamentos, se não tiverem a chance de serem elaborados, enquanto não aprendemos o novo, repetimos o que conhecemos” (Schmickler, 2006, p.83).

Tilmas-Ostyn (2001) acrescenta ainda que o indivíduo que foi vítima de violência em sua infância, mesmo mostrando-se injustiçado e revoltado com o comportamento violento dos pais, segue o ciclo, reproduzindo a violência sofrida.

Violência por Negligência

Se por um lado já percebemos que a história familiar destes indivíduos foram comprometidas pela ausência de uma interação entre a criança e o grupo familiar, podemos perceber também a violência por negligência na primeira etapa de socialização destes indivíduos, no que diz respeito à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Segundo a ECA, o art. 5^o refere *que*: "Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais" (ECA, Lei Federal 8.069/90).

Entretanto, o que percebemos a partir do relato destes sujeitos é que nenhum deles, na infância tiveram seus direitos respeitados por nenhuma instância, seja pela família ou Estado.

Só tinha mãe, minha mãe era muito pobre, não tinha condições pra sustentar eu e ela. Não conheci o meu Pai. Não conheci vó, não tenho primo, eu não conheci nada disso. Nós fomos criado passando privação, passando necessidade, as vezes não tomava café, era o último que comia, às vezes comia uma vez por dia, roupa a gente não podia vestir...eu tinha vontade de estudar, eu pedi aos meus criador (patrão) que eu queria estudar mas eles dizia pra mim que nêgo não estudava, que estudo era luxo e era só pra gente branco e rico e nêgo tinha que trabalhar...e eu tinha vontade de estudar, tinha vontade de formar. (João)

Apanhei muito da minha família. Continuei nessa vida até uns onze anos, muitas vezes apanhava injusto. Não podia jogar uma bola que era coisa de malandro, não podia ir pra uma festa que era malandragem. Pra empinar uma arraia, jogar agulha tinha que esperar uma hora que ele (Pai) tivesse trabalhando pra poder eu sair escondido. (Mateus)

A fala dos sujeitos mostra uma vivência de violência na infância, da qual todos fizeram parte. É perceptível como estes indivíduos sempre tiveram sua infância permeada pela violência não somente pela física, psicológica, mas também pela negligência da sociedade e Estado.

Na realidade brasileira, estas crianças são frutos principalmente de uma violência considerada social onde os mais desprotegidos e marginalizados da sociedade compõem o grupo de crianças que fazem parte de uma infância vítima de violência.

Para Azevedo e Guerra (1997) essa infância vítima de violência compreende o contingente social de crianças e adolescentes que se encontram em situação de risco pessoal e social, ou que de alguma forma tenham seus direitos básicos omitidos pela família, sociedade ou Estado.

Nenhuma oportunidade foi dada a estes sujeitos durante a sua infância e apesar de a sociedade frequentemente conclamar para a proteção das crianças e o fortalecimento da saúde familiar, percebe-se que milhares de crianças em todo o mundo experimentam a violência de maneira regular comprometendo irremediavelmente seu comportamento quando adulto. (FREITAG et al 1998).

Segundo Azevedo e Guerra (1997) a amplitude do fenômeno da infância vítima de violência é tão variada quanto os meios e modos de violentar crianças e adolescentes, compreende a infância pobre, a infância explorada, a infância torturada, a infância fracassada e a infância vitimizada.

Se para estes sujeitos, enquanto crianças, fazerem parte de uma infância pobre e explorada lhe causaram sofrimento e exclusão da sociedade, vale ressaltar que cada um deles afirmou em seus discursos terem sido, durante esta fase de suas vidas, também vitimizados. Ou seja, foram vítimas de violência no ambiente que consideravam como seu lar. Em suas falas pudemos identificar a negligência, a violência física e a violência psicológica.

Cada um dos entrevistados durante a sua infância sofreu pelo menos duas das formas de violência acima citadas, sendo que o trabalho infantil e a negligência foram em comum a todos os entrevistados.

Violência pelo uso de Álcool e Drogas

Além de percebermos na infância destes agressores a presença de uma relação familiar pobre e deficiente e a negligência na manutenção das necessidades básicas de uma criança, na história de vida de pelos menos três dos nossos sujeitos houve a presença marcante do uso de substâncias psicotrópicas e uso abusivo de álcool.

Senhor Pedro revela que desde os dez anos de idade usa drogas, foi influenciado pelo pai e pelo sofrimento causado por uma infância pobre: “ Meu pai era adoentado, ele se drogava, bebia, e não podia nos ajudar...” (Pedro)

Mateus por sua vez, desde muito jovem, sete anos de idade foi iniciado no vício do álcool e fumo pelo próprio pai.

Com idade de sete anos meu pai me deu um vinho...quando ele chegava no balcão, pedia dois copo logo de cara. Botava um copo pra mim e ficava com o dele lá. Acostumei logo com isso aí (...) comecei a fumar com a idade de dez anos. Eu mesmo cultivava, ali mesmo eu apanhava, enrolava na palha do milho, começava a fumar. Ele não proibia, porque é até melhor fumar do que comer terra, porque tinha muitos meninos que gostava de comer terra. (Mateus)

Como percebemos, o processo de crescimento e desenvolvimento destes sujeitos na infância foi marcado pelo convívio com adultos (pais ou substitutos) que não cumpriram o papel de protetor e sim, os colocaram em convívio com situações de risco para a drogadição e o uso abusivo de álcool.

Moura (1996) refere que na vida de uma criança não somente a presença física dos pais é importante no seu desenvolvimento, mas também, a presença psicológica, responsável em garantir a essas crianças melhores condições de vida a partir das relações de solidariedade, afeto e proteção oferecidos.

Segundo Ferrari (2002), ao nascer, a criança depende do ambiente a sua volta para sua sobrevivência e a relação de dependência que estabelecer com o meio será decisiva para sua formação e desenvolvimento, ou seja, tudo o que irá acontecer em sua vida dependerá dessa primeira acolhida. Percebe-se quão importante é o estabelecimento e a consistência dos primeiros vínculos, visto que a criança depende do outro para crescer e ganhar sua individualidade.

A família, primeiro grupo social no qual a criança é inserida também é reconhecida como a sua Matriz de identidade e assume a responsabilidade de prover a criança de alimento físico, psíquico e social. “[...] cabe a esta matriz a tarefa essencial de transmitir a herança cultural do grupo a que pertence o individuo e prepará-lo para sua posterior incorporação na sociedade” (FERRARI, 2002, p.25).

Neste sentido, a Matriz de identidade é a responsável em definir os papéis que serão esperados daquela criança, levando-se em consideração as características e particularidades próprias da cultura em que se estruturaram. Ferrari (2002) continua,

“...desempenhar um papel não é algo aprendido subitamente e de forma acabada [...] existe todo um processo de etapas de desenvolvimento que se superpõem e freqüentemente operam em conjunto. As primeiras vivências da criança quanto a formação, percepção e aprendizado emocional relacionam-se estreitamente com o desenvolvimento da Matriz de Identidade. Esta constitui o primeiro processo de aprendizagem emocional da criança. (FERRARI,2002, p.26)

Na formação de sua personalidade a criança necessita de uma figura afetiva estável para a partir dela construir sua identidade. Seu processo de identificação será dificultado caso o ambiente ao seu redor seja desfavorável. Esse ambiente no qual a criança está inserida será reconhecida como família e daí a sua participação na construção da identidade de uma criança.

Neste estudo entendemos como Família, “a constituição de vários indivíduos que compartilham circunstâncias históricas, culturais, sociais, econômicas e afetivas [...] emissora e receptora de influências culturais com comunicação própria e determinada dinâmica. Se constitui ainda como unidade básica de desenvolvimento de experiências, de realização ou de fracasso, de saúde ou de doença. (FERRARI, 2002, p. 28)

4.3.1.2 Testemunhando cena de violência vivenciada pela mãe

O espaço doméstico também foi palco de vivências de violência praticada por estranho contra sua própria mãe.

Eu era pequeno eu vi na hora que ela tava derramando sangue, eu lembro, eu tava com 8 anos mais ou menos. Eu vi que um cidadão derrubou minha mãe no pé de uma parede e eu cai em cima chorando, bem em cima chorando. Ele era estranho. (João)

O relato de João traz à tona a questão da violência sexual vivenciada pela mãe praticada por um agressor desconhecido, o qual aparece nos estudos de violência praticada contra as mulheres adultas como principal perpetrador deste tipo de violência. Diniz et al (2007) refere em sua pesquisa que 60,4% dos casos de violência sexual cometidas contra as mulheres tiveram como agressor um desconhecido.

Testemunhar este tipo de violência durante a infância pode comprometer o seu desenvolvimento psicossocial. Segundo Gabel (1997) “as seqüelas que a criança apresenta dificultam sua evolução psicoafetiva e sexual, afetam as identificações que ela poderia construir e impedem que a adolescência seja um período de requestionamento construtivo” (GABEL, 1997, p.64)

Caminha (1999) também referem que, crianças que presenciam situações de violência no ambiente doméstico, seja como testemunhas ou vítimas diretas, tendem a desenvolver um comportamento diferenciado das demais crianças. Percebe-se que, o ambiente agressivo gera a aprendizagem de comportamentos agressivos, como forma de resolução de problemas.

4.3.1.3 Trabalho infantil

O trabalho infantil também permeou a infância de todos os sujeitos deste estudo, como uma forma de garantir a sua subsistência e da família. Outro aspecto que nos chamou a atenção nas suas histórias é a relação com o patrão o que pudemos pensar na possibilidade de vivência de um trabalho escravo.

Eu tive muito sofrimento, apanhava muito dos outros, dos donos (Patrão) que a gente ficava. (...) era obrigado a trabalhar pros outros, trabalhava fazendo aquele serviço pesado, aí não dava conta, aí eles batia muito na gente...sofri de taca, de pancada, já apanhei muito, e eu era forçado a fazer trabalho que eu não tinha condição de fazer que naquela época os dono era muito carrasco, não tinha lei, era o movimento pra arrumar o pão de cada dia e a roupa de vestir, quando chegava de noite, deitava pra dormir e saia de madrugada. (João)

Não tive prazer, era só trabalho... Com idade de oito anos...era de enxada, foice, machado, picareta, rancando toco... era enchendo vazão, cortando cana. Era trabalho de interior, é bravo. Não tinha negócio de brincar, era trabalho, trabalho, trabalho. Toda vida a gente crescendo assim. Todo mundo trabalhava. Saía de um, caía nim outro. Saía do ganho, ia pra roça. Saía da roça, ia pra lenha, buscar lenha. Saía da lenha, ia pra fonte apanhar água. Era assim desse jeito. Era trabalho, trabalho, trabalho, não tinha ousadia de brincar. (Mateus)

(...) desde dez anos mais ou menos, eu já ia pra rodoviária engraxar sapato, vender geladinho para ajudar meu pai... nós ia para as ruas pra ganhar o pão, mendigava pão pra trazer, pra ajudar meus irmão, para que a gente tivesse uma roupa para vestir, uma sandália para calçar (...) eu arrumava um trabalho, trabalhava pra alimentar um dia, dois dias, quando acabava, nós tinha que voltar para catar mais...(Pedro)

Todos os sujeitos desta pesquisa pertenceram a uma infância explorada, que procuravam sobreviver através do mercado informal de trabalho e foram privados da escolaridade. Estudos indicam que, a taxa de participação de menores no trabalho infantil se localiza principalmente na área rural, em sua maior parte, no nordeste, sendo típica de famílias pobres e de baixo nível educacional, com uma maior prevalência entre aqueles de cor negra ou parda. (BRASIL, 1998)

Ao longo da sua história, o fenômeno do trabalho infantil teve suas origens pautadas no consenso de que era um fator positivo para aquelas crianças que viviam em condições de pobreza, de exclusão e de risco social. Tal percepção era compartilhada plenamente tanto

pelas classes mais pobres quanto pelas elites, formando uma cultura de que o trabalho infantil seria benéfico para as crianças e adolescentes.

Neste aspecto nos chama a atenção a fala de Tiago onde seu pai o obrigava a trabalhar trazendo nessa exigência um aspecto cultural disseminado em que o trabalho se caracteriza como algo importante no desenvolvimento da criança: “ (...) com dez anos, vendia lanche. Era obrigado a trabalhar, porque meu pai não queria que ficasse em casa também sem fazer nada. Aí tinha que vender picolé, aí eu tinha que trabalhar, desde pequeno eu trabalho, vendendo lanche, essas coisas.” (Tiago)

Alves e Col (1999) comentam que o valor atribuído ao princípio educativo do trabalho contribui para a naturalização dessa prática no seio das famílias pobres e justifica o estímulo dos pais ao trabalho das crianças. A tradição do trabalho como estratégia de formação dos filhos fundamenta-se na noção de trabalho como veículo da construção de sociabilidade e suporte fundamental de pertencimento.

Observamos que o trabalho infantil afeta tanto os rendimentos futuros, na vida adulta, quanto o grau de escolaridade obtido. Os estudos indicam que, de forma geral, há um elevado grau de transmissão da pobreza por gerações seguidas e que, quanto menor a escolaridade do pai, maior a probabilidade de o indivíduo começar a trabalhar precocemente (BRASIL, 1998).

Neste sentido, Governo brasileiro vem investindo nas políticas sociais de erradicação do trabalho infantil com ações integradas para garantir à criança e ao adolescente o direito à vida e ao desenvolvimento total. Há um avançado aparato jurídico-institucional, que reforça as ações governamentais contemplados pela Constituição Federal (1988), pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) pelo Programa Nacional de Direitos Humanos (1996) e pelo programa do Bolsa família (2003) que objetiva apoiar as famílias mais pobres e garantir o direito delas à alimentação, a educação e à saúde.(BRASIL, 1998)

4.3.1.4 Infância sem brincadeiras

As histórias de vida dos sujeitos da pesquisa mostram a ausência da brincadeira nesta fase de vida em função do trabalho infantil, segue abaixo a fala de João: “ Não fui criado brincando não. Nunca tive tempo de brincar, eu não tive infância, porque todo mundo tem um amiguinho que brinca, eu não tive.” (João)

Isso nos mostra uma lacuna no que diz respeito a vivência de brincadeira no processo de desenvolvimento destes sujeitos. Autores como Oliveira e Robazzi (2001), trazem em seu discurso que o trabalho infantil ocupa o tempo que poderia ser destinado aos estudos ou brincadeiras, base para o desenvolvimento saudável e formação da estrutura do futuro adulto.

O brincar é uma das formas mais comuns do comportamento humano, considerada uma condição essencial para o desenvolvimento da criança. Através deste, ela pode desenvolver capacidades importantes como a atenção, a memória, a imitação, a imaginação etc.

A brincadeira oferece às crianças uma ampla estrutura básica para mudanças das necessidades e tomada de consciência: ações na esfera imaginativa, criação das intenções voluntárias, formação de planos da vida real, motivações intrínsecas e oportunidade de interação com o outro, que, sem dúvida contribuirão para o seu desenvolvimento. (MACIEL, 2006)

A partir da Declaração Universal dos Direitos da Criança da UNICEF, traz o brincar como um direito de todas as crianças e componente fundamental para o seu desenvolvimento tornando-a ativa, criativa, possibilitando relacionar-se com os outros além de fazê-la feliz, garantindo a estas crianças serem mais propensas a bondade, ao amor e a solidariedade.

4.3.2 TEMA: ADOLESCÊNCIA

4.3.2.1 Vivência de violência

Neste estudo, quando procuramos analisar a relação familiar dos sujeitos durante o período da adolescência percebemos que eles continuavam com histórias de violência também nesta fase.

Não tive adolescência. (...) Saí de dentro de casa fugido, porque não agüentei mais as porradas do meu pai. (Mateus)

Ele correu pra me pegar e me bater, me xingou de um nome que eu não gostei...ele me chamou de cachorro preto, aquilo me injuriou e fui embora de casa. Eu tinha uns quatorze anos. Aí eu fui andar no mundo. (Tomé)

Segundo Antoni e Koller (2000), “a adolescência pode tornar o jovem mais capaz de enfrentar e desvelar a situação de violência buscando outros recursos para amenizar esta situação: denunciando seu agressor, defendendo-se ou saindo de casa.” (De Antoni e Koller, 2000, p.352)

4.3.2.2 Perda da Mãe

A história de vida dos sujeitos mostra também a perda da mãe numa fase de desenvolvimento psicológico, ainda de dependência de suas necessidades básicas.

Apesar de que minha mãe batia muito na gente mas a gente amava nossa mãe, a gente gostava dela bastante, depois que a gente perdeu, a gente sofreu muito mais ainda... perdi minha mãe com 13 anos de idade. (Tiago)

Durante o processo de crescimento e desenvolvimento do sujeito entendemos que alguns fatores podem se configurar em situações de vulnerabilidade ou proteção, que tendem a se manifestar em momentos específicos da vida de cada pessoa. Os fatores que consistiriam num recurso de proteção e propiciariam uma aprendizagem construtiva estão consolidados numa rede de apoio social e afetiva através do grupo de amigos, vínculo escolares, e sua participação numa família onde possua bom relacionamento com seus pais e familiares. (SILVA& SILVA, 2005)

Entendemos que uma base familiar consistente é fundamental para o desenvolvimento saudável de uma criança, o contrário, segundo Silva & Silva (2005) citando Bowlby (1990) constitui uma causa potencial de prejuízos em curto prazo.

Percebemos então que a adolescência constitui um período de transformação na vida do indivíduo que pode decorrer de forma tranqüila ou conturbada dependendo do grau de apoio familiar e do ambiente social que este adolescente vivencia, neste sentido, o grupo familiar tem um papel fundamental na constituição destes indivíduos, sendo importante na determinação e na organização da personalidade, além de influenciar significativamente no comportamento individual através das ações e medidas educativas tomadas no âmbito familiar (DRUMMOND & DRUMMOND FILHO, 1998).

4.3.2.3 Violência pelo uso de Álcool e drogas

Durante a fase da adolescência de alguns sujeitos do estudo o uso de drogas ilícitas e de álcool continuou fazendo parte do seu cotidiano: “ Meu pai bebia e usava drogas. Eu pensei que ia ser bom pra mim, eu tive que usar álcool e drogas mais fortes, mas elas me levou as coisas mais ruins em minha vida.” (Pedro)

Nesse contexto, os interesses destes adolescentes foram influenciados por sua história familiar determinando a sua condição de vida durante a fase da adolescência.

Os interesses na idade de transição segundo Vygotski (1996) citado por Arpini (2003) representam a chave para compreender o desenvolvimento psicológico dos adolescentes, mostra que a relação e a busca dos interesses, ou mesmo a definição da natureza desses interesses tem relação com a história de criação e o meio sociocultural o qual pertence. (Arpini, 2003, p.80)

4.3.2.4 Sexo

Uma característica marcante experimentada pelos sujeitos na fase da adolescência, foi o despertar da sexualidade. Neste período todos tiveram contato com a sua primeira namorada e conseqüentemente a primeira experiência sexual. O primeiro contato sexual variou na faixa dos 15 aos 17 anos, com exceção de João que teve sua primeira experiência aos 20 anos.

(...) eu tinha 20 anos quando eu arrumei mulher. Eu até fiquei com medo dela, ela pegava em mim eu tremendo pedia a ela para não me pegar não, ela me deixava nervoso. (João)

Eu tinha 14 anos. Ela me batia... queria que fizesse amor com ela de um jeito diferente, que eu não gostava. Várias vezes, fez forçar outros tipos de sexo com ela, aí eu não aceitava, ela batia em mim. Eu ficava abatido, porque fiz aquilo com ela, eu não gostava dela querer me xingar e me espancar, muitas vezes as irmãs dela tava lá também em casa. Começavam a zombar de mim. Aí as irmãs dela me surravam, trancavam a porta e ficava no quarto somente eu, ela e as outras irmãs dela. (Pedro)

Percebemos que o primeiro contato com a sexualidade de alguns dos nossos sujeitos foi marcada pelo medo e por situações de violência. Segundo Mcalister (1998), o adolescente que foi vítima de violência carrega o mais alto risco de se tornar perpetrador da violência.

Os primeiros contatos sexuais destes sujeitos foram concretizados com ausência de sentimento de amor, mas sob a subordinação à vontade do outro. Ainda na adolescência continuavam a ser tratados como objetos, não sendo respeitados os seus direitos como sujeitos.

A vivência da sexualidade nesta fase da vida sofre influências particulares de leis e crenças, exigindo uma grande participação da família ou de um orientador nas primeiras experiências sexuais vivenciadas. A partir desta orientação o jovem deve adquirir liberdade

para entender sua sexualidade, o que mais tarde refletirá na formação de sua personalidade e na expressão de sua sexualidade no futuro. Experiências frustrantes podem reprimir novas investidas ou levar a posturas negativas frente a esta sexualidade. (SOUZA, 2002)

4.3.2.5 Relação de escola e trabalho

Mesmo após uma infância marcada pelo trabalho infantil, estes sujeitos continuavam durante a adolescência trabalhando, exercendo papéis de provedores tanto da família quanto de suas próprias necessidades.

Outro fator que deve ser sinalizado neste estudo é o fato destes sujeitos não terem freqüentado a escola na infância e tampouco a oportunidade de freqüentá-la quando adolescentes, fato, que vai limitar sua atuação profissional, pelo resto da vida. Os trechos a seguir remetem a este contexto.

A partir de dezesseis anos vim pra Salvador trabalhar de ajudante de pedreiro. Me profissionalizei como carpinteiro. (Mateus)

Eu já tinha quinze anos de idade quando eu fui pra Brasília pra procurar trabalho pra ajudar minha família....eu ia pra rua, arrumava alimento, dinheiro... (Pedro)

Com idade de quatorze anos eu saí de casa e fui trabalhar no canavial, aí a minha vida foi mudando...(Tomé)

Eu com dez anos, vendia lanche... aí fui crescendo. (Tiago)

Nunca teve escola na minha vida, aprendi assinar meu nome depois que eu tava preso, (...) ele (responsável) dizia pra mim que eu tinha que aprender a trabalhar, estudar não... e me ensinou a trabalhar, mas não me ensinou a estudar. (João)

A escola ainda na adolescência funciona com um papel socializante, onde o individuo tem oportunidades de interiorizar valores, normas, atitudes e crenças do grupo social que pertence, o que é fundamental segundo Souza (2002) para a estruturação da sexualidade.

Bonamigo (1996) citado por Arpini(2003) refere que “ apesar desse trabalho se apresentar prejudicial ao seu desenvolvimento garante a sua sobrevivência como sujeitos produtivos, dentro de uma sociedade onde o trabalho é extremamente valorizado e diferencia-os dos vagabundos e marginais, inserindo-os na moral vigente”(ARPINI,2003, p.151)

4.3.3 TEMA: FASE ADULTA

4.3.3.1 Relações familiares

Relação com a Esposa/Companheira

Percebemos que os sujeitos, quando relatam as suas histórias de vida, se referem às companheiras com carinho: contudo, relatam, ao mesmo tempo, episódios de traição e de violência física na relação.

Minha mulher era uma mulher de média estatura, morena clara, cabelos lisos, cor de jambo maduro, era muito bonita... Muito bonita. A gente ficou um bocado de tempo junto. A gente se entendia muito bem. Nunca briguei com ela, nunca discuti com ela nem uma vez na minha vida. Eu não sou homem de brigar com mulher porque a mulher foi feita da costela nossa, porque é a nossa companheira. Tudo que ela queria eu dava. O povo até dizia que eu fazia muito gosto a ela.
(João)

Eu me ajuntei com dezenove anos. Ela era um amor, uma boa moça... Tive um bom relacionamento com ela, foi uma convivência boa, tudo que eu queria ela queria, a gente combinava muito. (Tomé)

Os discursos dos sujeitos enaltecem a beleza feminina, ao mesmo tempo em que mostram uma convivência pacífica na relação, além de representações religiosas do homem e da mulher.

Aqui, os homens supervalorizam o corpo feminino em detrimento da singularidade da mulher. Khel (1982) afirma que “os homens vêem na mulher antes de mais nada belos contornos, o que demonstra um empobrecimento de sua capacidade de olhar e ver”. (KHEL, 1982, p.14)

Também concebem a relação entre o homem e a mulher a partir de uma representação religiosa, que concebe a mulher como parte integrante do homem, originada de sua costela, o que faz com que, teoricamente, esta mulher esteja em posição inferior com relação ao homem.

Silva (2008) assinala que o fato de Eva, a primeira mulher, ter sido criada a partir de um modelo masculino, Adão, fez com que ela se tornasse uma extensão deste homem, que é filho de um Deus masculino: portanto, é parte de um homem, originada de sua costela e não concebida diretamente por Deus, que criou o homem à sua imagem e semelhança.

Nos discursos abaixo, podemos ver as relações de violência: “Tinha discussão dentro de casa....Aí a gente brigava, por ciúme, aí eu batia nela.” (Tiago)

(...) Chegou o dia que ela chegou até brigar comigo, puxou uma faca pra mim, só que eu corri. Ela queria eu e eu não queria ela, que eu não gostava dela. (Pedro)

Percebemos que a violência conjugal, representada nos discursos, se caracteriza como uma violência de gênero e se expressa por meio de agressões físicas e psicológicas no ambiente domiciliar. Os discursos ainda trazem à tona relações conflituosas motivadas pela traição entre os cônjuges.

Eu comecei me envolver com outras mulheres na rua, a trair a minha esposa e ela sendo fiel comigo. Aí começou a ter intriga entre eu e ela aí a gente se separou, eu fui pra um lado e ela foi pra outro. (Tiago)

Eu vinha de 15 em 15 dias em casa, outras vezes não dava e a gente passava um mês sem se ver. Eu faltava em casa e na falta que eu fazia eu sinto que a mulher sentia necessidade. Eu cheguei em casa, ela tava despida com o cara em cima da barriga dela. Eu parei, vi, fiquei quieto tremendo, eu acabei com as forças das pernas, dos braços eu fiquei com muita vergonha dela, conversei com ela, falei que não esperava que ela fizesse isso. (João)

A infidelidade é socialmente representada como parte da natureza e identidade masculina. Homens que não aproveitam oportunidades sexuais têm sua sexualidade questionada: assim sendo, a infidelidade adquire um caráter masculino justificado pela necessidade biológica e a pressão social. Neste estudo, a infidelidade é tanto da parte do homem quanto da mulher.

Relação com os filhos

Os sujeitos do estudo mostram, em seus discursos, uma relação amorosa com os filhos: contudo, tanto quanto no caso das suas relações com as esposas, também existe violência, e aqui podemos perceber a reprodução da violência intergeracional.

Eu sou pai de quatorze filho. Dou o maior apoio pra todos eles. Todo mundo vem aqui, conversa comigo, a gente se abraça, tá tudo bom. Nunca fiz violência com meus filho. Fui duro, chamei na conversa dura, expliquei direitinho, que isso dói fazer. Eu sei que sou duro, que eu fui criado num ritmo seguro, severo mermo, então quando eu falo com eles, basta eu falar, não precisa eu chegar perto. (Mateus)

Eu tenho 9 filhos. Como pai eu não batia nos meus filhos, tratava muito bem meus filhos. Eu não era muito beijador, beijador eu nunca fui. Alguma vez eu botava no colo, porque eu não sou pegador de criança no braço, nem na minha carcunda, eu tenho medo. Na idade de minha filha eu brinco com elas, mas não pra tá pegando. (João)

Era uma relação maravilhosa. Cuidava das minha filha, saía com as minhas filhas pra passear mas não tinha maldade de jeito nenhum. Pai tem que ter caráter, principalmente com os filhos, tratar bem, educar bem, um pai tem que ser assim. Não é pai só de nome. (Tiago)

A partir destes relatos podemos perceber o quanto a participação dos pais na reprodução do comportamento dos filhos é importante. Estes homens construíram seus papéis de pais a partir de um modelo baseado em sua própria experiência de vida.

Schmickler (2006) assinala que “um pai perverso como modelo pode ser o responsável pela repetição dos seus comportamentos, se não tiverem a chance de serem elaborados, enquanto não aprendemos o novo, repetimos o que conhecemos” (Schmickler, 2006,p.83)

Também nos chama a atenção, nos relatos, a maneira como os homens percebem o papel paterno como sinônimo de provedor. Bom pai está ligado à imagem de “amigo”, “provedor”, “que dá amor e carinho”, “o que pensa sempre nos filhos”. Tal pensamento, segundo Portela et al. (2004), é uma herança da cultura ocidental contemporânea, onde são claras as atribuições de papéis parentais: cabe ao pai a responsabilidade pelo provento material e moral da família; à mãe, o papel de provedora afetiva e naturalmente cuidadora da prole.

4.3.3.2 O estupro

Os sujeitos negam o abuso sexual praticado contra as crianças e se colocam na posição de vítimas no processo de denúncia.

Eu não estuprei!

A negação do abuso ou culpabilização da vítima pelo agressor, segundo Gabel (1997), é um importante fator de risco para o desenvolvimento de problemas psicológicos na criança ou no adolescente, principalmente quando o perpetrador é um membro da família, uma vez que a relação de confiança é abalada.

Eu não devo nessa causa. Eles disse que eu estuproi as meninas, e eu não estuproi. (João)

Eu dei uma louca quando ela (delegada) falou que eu estuproi minhas filhas, isso aí eu não fiz, isso aí eu não cometi, não era pra eu ser acusado disso. (Tiago)

Os estudos mostram que esta negação configura a reação mais comum entre os agressores: o objetivo deles é negar para si mesmos que foram responsáveis pelo crime. Segundo a opinião de alguns psiquiatras, a atitude da negação não contribui para a reintegração destes agressores à sociedade, podendo aumentar o risco de reincidência. (MOURA, 2008)

Eu não lembro se estuproi!

Eu comecei a usar uma droga mais forte, misturei a noite toda, juntamente com o primo dela. Aí quando eu acordei, já foi na delegacia. Chegou lá ela (mãe da criança) falou que eu tinha estuproado a menina, não lembro de ter feito isso. (Pedro)

O uso de substâncias químicas e álcool podem fazer esquecer o comportamento violento. Conforme pesquisas internacionais e nacionais, a relação entre uso e abuso de álcool e de drogas ilícitas induzem ao comportamento criminoso (HEIM & ANDRADE, 2008).

Vítima da denúncia

Nos discursos dos sujeitos, eles se colocam em posição de vítimas: o adultério da companheira, a relação de violência com ela e a pressão para um relacionamento conjugal seriam as causas disso.

Ela me denunciou por causa do homem que vivia com ela. Ela teve medo que eu pudesse fazer alguma coisa com ela porque ela tava grávida do outro, ela queria me consumir pra ter outra união sossegada. (João)

(...) a minha esposa criou raiva de mim dentro dela porque eu batia nela. (Tiago)

Ela queria que eu morasse com ela, fosse marido dela, cuidasse dela e eu nunca aceitei isso. (Pedro)

Pesquisa realizada por Habigzang et al. (2005) apontou para o fato de que entre os principais motivos alegados pelos agressores para justificar a sua defesa estão a negação da violência cometida, a calúnia da mãe da vítima por vingança, raiva e desavenças da vítima com o agressor, além de calúnia da vítima, para não ter de se submeter às ordens e regras do agressor, mal-entendido etc.

4.3.3.3 Prisão

A tortura na prisão

Os sujeitos relataram, em seus discursos, a tortura sofrida na confissão do crime.

(...) Me bateram, quebraram minha costela, pra mim falar que eu tinha feito. Aí me marraram pelo pescoço com a cinta das cordas no pescoço, racharam minha cabeça, quebraram meus dentes com o cassetete, quebraram minhas duas mãos, aí eles dizia: você tem que falar. Eu tava quase morto, eu fui obrigado a dizer. (João)

(...) Me jogou lá na cela, eu pedi foi a morte quando eu vi um monte de homem me chutando, me batendo, me dando tijolada nas costa... Os caras me batia com tijolo, pintava e bordava comigo... Eles só não me usaram sexualmente. (Tiago)

A tortura praticada nas prisões e delegacias é utilizada como instrumento de repressão e representa uma arma de dominação e de intimidação das vítimas para a obtenção de informações.

De acordo com Kremer & Unfer (2009), a tortura é uma agressão deliberada contra corpos e mentes, fundamentada no isolamento, na humilhação, na pressão psicológica e na dor física, sem limites e sem final previsto, em que os métodos e a intensidade variam, podendo assumir formas diferentes conforme o país e o momento.

Os presidiários, em nosso país, são maltratados, humilhados e desrespeitados em sua dignidade: isso contribui para que a esperança de sua readaptação desapareça justamente por causa do ambiente hostil que lhe é apresentado. Os direitos individuais fundamentais garantidos pela Constituição Federal visam a resguardar um mínimo de dignidade do indivíduo; no entanto, no Brasil, há um desrespeito sistemático aos direitos garantidos pela Constituição, inclusive aos dos condenados (MARCIAL, 2003).

Evangelização na prisão

Nos discursos dos sujeitos a evangelização aparece como uma forma de eles se conformarem com as suas histórias e se resignarem.

O que eu tentava e que eu nunca consegui, eu consegui dentro da cadeia, mudar minha vida porque antes eu era uma pessoa triste, não olhava pra ninguém, eu era uma pessoa isolada de todo mundo, eu era derrotado. Mas quando eu vim pra cá eu aceitei Jesus na Igreja, e hoje eu posso ver que Jesus, Ele conseguiu fazer algo na minha vida. (Pedro)

Mas quando você passa pra parte religiosa, evangélica e cristã, você vai ver só coisas boas. A minha vida na cadeia foi isso, só ouvi a palavra de Deus, só pensar coisa boa, só coisa boa... (Tiago)

A evangelização exerce sobre estes sujeitos uma espécie de controle, por meio da disciplina e do isolamento do preso, fazendo-os refletir e se arrependem dos crimes cometidos. É uma postura, inclusive, estimulada pelos funcionários do presídio, no sentido de contribuir para o estabelecimento da “ordem”.

Segundo Bicca (2005), ao mesmo tempo em que estes convertidos procuram personificar os ideais e valores cristãos em busca de inserção e ascensão dentro da comunidade religiosa, também transitam pelos códigos de valores do universo carcerário para obter respeito entre os demais presos. Eles devem provar que se converteram executando “boas obras” e testemunhando a palavra de Deus.

Além de buscar a religião como uma forma de apoio psicológico e emocional para as suas histórias de vida, estes sujeitos passam em seus discursos também a imagem de pessoas amáveis e transformadas espiritualmente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi analisar a história oral de quem comete violência sexual infanto-juvenil. Partimos do pressuposto de que os agressores, nos casos de violência sexual infanto-juvenil, podem ter sido vítimas de algum tipo de violência em fases prematuras do seu desenvolvimento biopsicossocial.

Considerando o número alarmante de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, as conseqüências negativas que esta violência provoca no indivíduo ao longo do seu desenvolvimento cognitivo, afetivo, comportamental e social e o impacto provocado no setor saúde, ao avaliar principalmente a predominância do homem enquanto perpetrador desse fenômeno, tanto dentro da família quanto fora dela, verificamos a necessidade de dar voz a esse sujeitos por meio de suas histórias de vida, para melhor compreendermos este fenômeno.

Apreender as histórias destes sujeitos nos permitiu conhecer suas motivações e os dramas que viveram, fazendo-nos conhecer, de forma mais aprofundada, o processo de formação da violência empregada.

Para tanto, escolhemos a abordagem qualitativa, por possibilitar aos sujeitos da pesquisa trazer à tona suas experiências relativas a este fenômeno social, além de propiciar a recuperação das experiências vivenciadas. Como referencial metodológico, utilizamos a história oral na modalidade história de vida, por acreditarmos que esta forma de abordagem possibilitaria uma aquisição de dados por uma visão mais subjetiva das experiências dos depoentes.

Conhecer a história de vida destes sujeitos nos deu a possibilidade de conhecer a violência sofrida por cada sujeito, o que tornou mais fácil compreender de que forma o comportamento abusivo se desenvolveu em cada um dos indivíduos.

Os sujeitos deste estudo foram homens que estavam cumprindo pena na Penitenciária Lemos de Brito por crime sexual contra crianças e adolescentes. Pudemos observar que estes agressores, por ocasião da violência, eram homens jovens e adultos, negros, com baixa escolaridade e solteiros. No que se refere à relação deles com as suas vítimas, a maioria era de pais e padrastos, o que configurava a violência praticada no espaço doméstico.

Observamos que as histórias de vida destes sujeitos foram permeadas pela violência tanto na infância quanto na adolescência. Com relação à experiência familiar, constatamos a ausência de uma interação entre a criança e o grupo familiar e a existência de um conjunto de

vivências comuns como maus tratos, violência, constrangimento no que respeita à sexualidade, experiências de rejeição e perda, trabalho infantil forçado e uso de substâncias psicotrópicas e de álcool.

Pudemos, além, disso, perceber a violência por negligência na primeira etapa de socialização destes indivíduos quanto à saúde, alimentação, educação, esporte, lazer, profissionalização, cultura, dignidade, respeito, liberdade e convivência familiar e comunitária.

Nenhum destes sujeitos, na infância e na adolescência, teve seus direitos respeitados por nenhuma instância: nem pela família, nem pelo Estado, nem por professores, amigos e/ou profissionais. Estes sujeitos foram, ao contrário, objeto de negligência, discriminação, exploração, violência e opressão.

Os sujeitos deste estudo tiveram seu crescimento vital grandemente comprometido. Muitas pessoas reproduzem as atrocidades de que foram vítimas, por não conseguir vivenciar, de forma consciente, os males que lhes impingiram na infância (MILLER, 1997). A estes sujeitos foi negada a oportunidade de assimilar a violência sofrida e romper o ciclo de repetição.

Segundo a literatura, negar o abuso (tema que veio à tona nos discursos dos sujeitos) é a atitude mais comum em casos de violência sexual, bem como a culpabilização da vítima pelo abuso cometido.

Responsabilizar a vítima pela violência praticada pode fazer com que crianças e adolescentes venham a desenvolver problemas de ordem psicológica devido ao sentimento de culpa que isso acarreta.

Outro aspecto a assinalar na atitude de negação é que ele dificulta a reintegração dos agressores na sociedade e podem provocar o risco de reincidência do abuso caso estes agressores, enquanto estiverem na prisão, não recebam assistência psicológica.

A tortura foi praticada com os sujeitos no sistema prisional como instrumento de repressão e uma arma de dominação e de intimidação para a obtenção de informações. Os direitos destes sujeitos não foram respeitados, como consta na Constituição Federal, que visa a resguardar a dignidade do indivíduo.

Assim, cabe à sociedade discutir o contexto das histórias de vida destes sujeitos sem preconceitos, fortalecendo a opinião pública para que o Estado venha a garantir os direitos das crianças e adolescentes vítimas de violência, no sentido de instaurar uma cultura de respeito à criança, a fim de evitar que a violência se repita nas gerações seguintes.

Faz-se necessária também a capacitação de profissionais das áreas de saúde, educação e também na área jurídica, no sentido de identificar e intervir nas situações de violência, através da prevenção, diagnóstico ou tratamento das vítimas e agressores.

Neste estudo, percebemos que para enfrentar a violência sexual contra crianças e adolescentes é necessário incrementar várias ações: não somente punindo os agressores, mas também mobilizando a sociedade e cuidando de quem já foi vitimado. Isoladas, no entanto, estas ações não conseguiriam erradicar esse fenômeno da nossa sociedade. Deve se lançar mão de estratégias no sentido de contribuir para a conscientização dos agressores sobre a violência sexual infanto-juvenil como uma violação dos direitos humanos das crianças e adolescentes e para responsabilizá-los pela violência cometida.

REFERÊNCIAS

ABRAPIA. Associação Brasileira multiprofissional de proteção à infância e adolescência. Abuso sexual: *Mitos e realidades*. Coleção criança carinho. 3ª edição, revisada, ampliada e atualizada. Editora autores&agentes&associados. 2002.

ADORNO, Sérgio. *Prisões, violência e direitos humanos no Brasil*. Seminário Direitos Humanos no Século XXI, Rio de Janeiro, 1998. Disponível em : <HTTP://www2.mre.gov.br/ipri/Papers/DireitosHumanos/Artigo40.doc>> Acessado em 02/08/06

ALBERTI, Verena. *História oral: a experiência da CPDOC*. Rio de Janeiro. Ed. Fundação Getúlio Vargas,1990.

ALGERI, Simone; SOUZA, Luccas Melo de. *Violence against children and adolescents: a challenge in the daily work of the nursing team*. Revista Latino-Americana de Enfermagem. Ribeirão Preto, v.14, n.4, 2006.

ALVES, George. *Trabalho e mundialização do capital: a nova degradação do trabalho na era da globalização*. 1999. Londrina: Práxis.

AMORETTI, Rogério. Bases para a leitura da violência.1992. In: SÁ, Alvino. A. de. Algumas questões polêmicas relativas à psicologia da violência. *Psicologia: Teoria e Prática*, 1999, 1(2): 53-63

ARAÚJO, Maria de Fátima. Violência e abuso sexual na família. *Psicologia em Estudo*. Maringá, 2002, v.7, n.2. p.3-11,jul./dez.2002. Disponível em < <http://www.unati.uerj.br/tse/scielo.php?script=sciarttext&pid>. Acesso em 07 set. 2005.

ARENDT, Hannah. *Sobre a Violência*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

ARPINI, Dorian Mônica. *Violência e exclusão- adolescência em grupos populares*. Bauru,SP: 2003. 206 p. EDUSC

ATAÍDE, Yara Dulce Bandeira. *Clamor do presente: história oral de famílias em busca da cidadania*. São Paulo, Loyola, 271p,2002.

AZEVEDO, M^a Amélia. GUERRA, Viviane N. de Azevedo. *Pondo os pingos nos is*. Guia Prático para compreender o fenômeno: Módulo 1A/ B do Telecurso de Especialização em violência doméstica contra crianças e adolescentes. São Paulo: LACRI/ IPUSP/USP; 1994.

_____. *Infância e Violência intrafamiliar*: São Paulo- LACRI- Laboratório de estudos da criança, 1998, Vol. 1.

AZEVEDO, Maria Amélia., GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo.(orgs) *Infância e violência doméstica*. 2 ed. São Paulo. Cortez, 1997.

AZEVEDO, M^a Amélia. *Pele de asno não é só história*: um estudo sobre a vitimização sexual de crianças e adolescentes em família. In: CAMARGO, C. L., BURALLI, K. O. Violência familiar. Salvador. Ultragraph. Ed. 1998.

BALLONE, Geraldo José. *Abuso sexual Infantil*, in Psiweb, Internet, disponível em <<http://virtualpsy.org/infantil/abuso.html>>2003

BADINTER, Elizabeth. *Um amor conquistado, o mito do amor materno*. In: CAMARGO, Climene Laura de., BURALLI, Keiko Ogura. Violência familiar contra crianças e adolescentes. Salvador: Ultragraph Ed., 1998

BADINTER, Elizabeth. *XY: sobre a identidade masculina*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.1993.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa. Edições 75.2002.

BERTAUX, Daniel. “*L'approche biographique*”. Paris, 1980. In: ALBERTI, Verena. Manual de História Oral. Rio de Janeiro. FGV. 2004

BICCA, Alessandro; STEIL, Carlos Alberto. Os eleitos do cárcere: etnografia sobre violência e religião no sistema prisional gaúcho. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS. 2005. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/5364>

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução n. 196. Dispõe sobre pesquisa envolvendo seres humanos. *Rev. Bioética*, Rio de Janeiro, Conselho Federal de Medicina, v.4, 1996, pág. 15-25.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. *Trabalho Infantil no Brasil: Questões e Políticas*. Brasília, 1998.

BRASIL. Senado Federal. *Constituição* (1988). Brasília: Centro Gráfico; 1988

BLOCH D. Para que la bruja no me coma. Fantasía y miedo de los niños al infanticidio. Madrid: Editorial Siglo Veintiuno; 1986. IN: ASSIS SG, AVANCI JQ, SANTOS NC, MALAQUIAS JV, OLIVEIRA RVC. Violência e representação social na adolescência no Brasil. *Rev Panam Salud Publica*. 2004;16(1):43–51.

CAMARGO, Climene L., BURALLI, Keiko O. *Violência familiar contra crianças e adolescentes*. Salvador: Ultragraph Ed., 1998

CAMINHA, Renato Maiato. A violência e seus danos à criança e ao adolescente. In AMENCAR (Orgs). *Violência doméstica* (pp.43-60). São Leopoldo: Amencar,1999.

CARVALHO, Lucimeire Santos. *Violência no cotidiano de adolescentes negros*. Projeto de Tese. Salvador, 2008.

CASSAB, Latif Antonia. *Historia Oral: Miudezas e considerações para a pesquisa em serviço social*. Serviço social em Revista. Londrina, 2003, v.5, n.2, jan-jun. Disponível em: www.ssrevista.uel.br

CECARELLI, Paulo Roberto. *A masculinidade e seus avatares*. Catharsis 4(19):10-11.1998

CECARELLI, Paulo Roberto. Delinquência: resposta a um social patológico. Boletim de novidades da Livraria Pulsional, 14(145):5-13.2001. In: SOUZA, Edinilza Ramos. Masculinidade e violência no Brasil: Contribuições para a reflexão no campo da saúde. *Ciências & Saúde coletiva*, 10(1):59-70.2005.

CECCHETTO, Fátima Regina Violência e estilos de masculinidade. Ed. FGV. Rio de Janeiro, 2004. In: SOUZA, Edinilza Ramos. Masculinidade e violência no Brasil: Contribuições para a reflexão no campo da saúde. *Ciências & Saúde coletiva*, 10(1):59-70.2005.

COHEN, Cláudio. *O incesto*. In: Maria Amélia Azevedo & Viviane Nogueira Guerra (Orgs.). *Infância e Violência Doméstica: fronteiras do conhecimento* (p.211-225). 1993, São Paulo: Cortez.

COHEN, Cláudio, MATSUDA, N.E. Sexologia Forense. *Anais do XI Congresso de Medicina legal*. Florianópolis, 15 a 20 de outubro de 1990. In: COHEN, Cláudio. *O incesto*. In: Maria Amélia Azevedo & Viviane Nogueira Guerra (Orgs.), *Infância e Violência Doméstica: fronteiras do conhecimento* (p.211-225). 1993, São Paulo: Cortez.

CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA. [acessado 2007 ab 20]. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/textos/tratado11.htm>

COOPERSMITH S. The antecedents of self-esteem. São Francisco: Freeman; 1967. IN: ASSIS SG, AVANCI JQ, SANTOS NC, MALAQUIAS JV, OLIVEIRA RVC. Violência e representação social na adolescência no Brasil. *Rev Panam Salud Publica*. 2004;16(1):43–51. CUSCHNIR, L.; MARDEGAN JÚNIOR, E. *Homens e suas máscaras: a revolução silenciosa*. Rio de Janeiro: Campus, 3 ed., 2001, 226p.

COSTA, Jurandir Freire. *Violência e psicanálise*. Edições Graal, 3º edição, Rio de Janeiro. 2003.

DAHLBERG, Linda L.; KRUG, Etienne G. Violência: um problema global de saúde pública. *Ciências & Saúde coletiva*, 11(Sup):1163-1178, 2007.

DE ANTONI, Clarissa; KOLLER, Sílvia Helena. A visão de família entre as adolescentes que sofreram violência intrafamiliar. *Estudos de Psicologia*, 2000. 5(2), 347-381.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri; Lang, Alice Breatriz da Silva Gordo Campos, Maria Christina Siqueira de Souza. *História oral e pesquisa sociológica: a experiência do CERU*. 2. ED. São Paulo, Humanitas, 2001. DESLANDES, Suely Ferreira. Prevenir a Violência: um desafio para profissionais de saúde. Rio de Janeiro: LILACS/CDR, 1994. Setembro de 1994. [Cited em 01 November de 2004] <http://www.combate.abuso sexual.nom.br/sinais_de_alerta.asp

DIDONET, V. *A educação infantil na nova LDB*. Brasília (DF) n 27, 1994, p.13-16. In: Souza, José Nilton de. *Violência contra criança: Uma breve história*. Direitos humanos e cidadania: textos sobre crianças e adolescentes.

DINIZ, Normélia Maria Freire ; ALMEIDA, Mariza da Silva ; LOPES, Regina Lúcia Mendonça ; OLIVEIRA, Jeane Freitas de ; GESTEIRA, Solange Maria dos Anjos . Mulher, saúde e violência. *O Mundo Saúde*, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 106-112, 1999.

DINIZ, Normélia Maria Freire; ALMEIDA, Lílian Conceição Guimarães de; RIBEIRO, Bárbara Cristina dos S. e MACEDO, Valéria Góes de. Mulheres vítimas de violência sexual: adesão à quimioprofilaxia do HIV. *Rev. Latino-Am. Enfermagem* [online]. 2007, vol. 15, no. 1, pp. 7-12. ISSN 0104-1169.

DONATELLI, Dante. *A vida em família: as novas formas de tirania*. São Paulo: Arx, 2006.

DOWD, M.D. *Conseqüências da violência—morte prematura, recidiva da violência e criminalidade violenta*. In: *Clínicas Pediátricas da América do Norte: Violência entre crianças e adolescentes*. Rio de Janeiro: Interlivros 1998,p.73-82.

DRUMMOND, M. & DRUMMOND FILHO, H. Drogas: a busca de respostas. 1998. São Paulo: Loyola. In: PRATTA, Elizângela M. M; SANTOS, Manoel A. dos. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 12, n. 2, p. 247- 256, maio/ago. 2007

DUKARM,CP; HOLL J.L.; MCANARKEY, E.R. Violence among children and adolescents and the role of the pediatrician. *Bulletin of the New York Academy of Medicine*, 1995: 72:5-15. In: PASCOLAT, Gilberto et al. *Abuso físico: o perfil do agressor e da criança vitimizada*. *Jornal de Pediatria*, 2001. Rio de Janeiro, 1: 35-40.

ESPINHEIRA, Gey. (coordenador). *Sociabilidade e violência: criminalidade no cotidiano de vida dos moradores do Subúrbio Ferroviário de Salvador*. Ministério Público do Estado da Bahia, Universidade Federal da Bahia, 2004, 204p.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. *Diário Oficial da União*. Lei Federal nº8.069, de 13 de Julho de 1990, Brasília, DF.

FALEIROS, Vicente de Paula. Algumas questões sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes. (1997) In *Polêmica* 1(2): 7-20, Belém, CRESS

FERRARI, Dalka Chaves de Almeida; VECINA, Tereza Cristina Cruz (orgs). *O fim do silêncio na violência familiar: teoria e prática*. São Paulo: Ágora, 2002.

FREITAG R., LAZORITZ S., KINI N. Psychosocial aspects of child abuse for primary care pediatricians. *Pediatr Clin North Am* 1998. Apr 45(2):391-402

FREUD, Sigmund. Porquê a guerra? (Edição Standard Brasileira das Obras psicológicas completas de Sigmund Freud, vol. 22, 1930). In: VILHENA, Junia de, MAIA, Maria Vitória C. M. Agressividade e violência: reflexões acerca do comportamento anti-social e sua inscrição na cultura contemporânea. *Revista Mal-estar e subjetividade*. Fortaleza, v 2, n2. p. 27-58. set 2002

GABEL, Marceline (org) *Crianças vítimas de abuso sexual*. São Paulo: Summus, 1997.

GARBARINO J, GUTTMAN E, SEELEY JW. The psychologically battered child. São Francisco: Jossey-Bass Publishers; 1986. IN: ASSIS SG, AVANCI JQ, SANTOS NC, MALAQUIAS JV, OLIVEIRA RVC. Violência e representação social na adolescência no Brasil. *Rev Panam Salud Publica*. 2004;16(1):43–51.

GIFFIN, Karen. Violência de Gênero, Sexualidade e Saúde. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 10(supl.1): 146-155,1994.

GOMES, Nadirlene Pereira. *Violência conjugal: análise a partir da construção da identidade masculina*. 2003. 156p. Dissertação (Mestrado em Enfermagem)- Escola de Enfermagem, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

GOMES, G. C., LUNARDI FILHO, W. D. *Banalização da violência na família*. In: LUZ, Anna M. H. et al. *As Amarras da violência: A família, as instituições e a enfermagem*. Brasília: Associação Brasileira de Enfermagem, 2004, p.17-21.

GOODE, William Josiah; HATT, Paul K. *Métodos em pesquisa social*. 3 ed. São Paulo: Nacional, 1969.

GREIG, Alan. *Political connections: men, gender and violence*. Working Paper n.1. 2001.

GROSSI, Patrícia Krieger. Violência contra mulher: mitos e fatos. *Revista Educação*. Faculdade de Educação PUC-RS, Porto Alegre, ano 18, n. 29.1995.

HENNES, H. *Uma revisão das estatísticas de violência entre crianças e adolescentes nos EUA*. In: Clínicas Pediátricas da América do Norte: Violência entre crianças e adolescentes. Rio de Janeiro: Interlivros, 1998,p.1-14

HEIM, Joanna.; Andrade, Arthur Guerra de. Efeitos do uso do álcool e das drogas ilícitas no comportamento de adolescentes de risco: uma revisão das publicações científicas entre 1997 e 2007. *Rev. Psiq. Clín* 35, supl 1; 61-64, 2008

KALINA, E. Psicoterapia de adolescentes: teoria,técnica e casos clínicos. 1999, 3ª Ed Porto Alegre: Artes Médicas. In: PRATTA, Elizângela M; SANTOS, Manoel A. dos. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 12, n. 2, p. 247- 256, maio/ago. 2007

LEVISKY, David Léo. *Adolescência e violência: ações comunitárias na prevenção*. 2001.

LEITÃO, Kleber Luis da Costa. Prisão e racismo: o que é a Bahia tem?[Capítulo de dissertação modificado: Do negro escravo ao negro preso: sistema penitenciário como máscara do racismo] Disponível em <http://clacso.edu.ar/~libros/anpoes00/gt15/00gt1534.doc>> Acessado em 10/08/08.

LOZANO, J.E.A. *Práticas e Estilos de Pesquisa em História Oral Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p.15-27.

MACIEL, Diva Albuquerque; QUEIROZ, Norma Lucia Neris de; BRANCO, Angela Uchoa. Brincadeira e Desenvolvimento Infantil: um olhar sociocultural construtivista. Disponível em: <http://sites.ffclrp.usp.br/paideia/artigos/34/05.htm> Acessado em 20/03/2009

MARCIAL, Fernanda Magalhães. Os direitos humanos e a ética aplicada ao sistema penitenciário. *Jus Navigandi*, Teresina, ano 8, n. 132, 15 nov. 2003. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=4458>>. Acesso em: 18 abr. 2009.

MARCON, Sonia Silva Marcon et al. *Mudanças na vida familiar após a denúncia de violência doméstica*. In: LUZ, Anna Maria; HECKER et al. As Amarras da violência: A família, as instituições e a enfermagem. Brasília: Associação Brasileira de Enfermagem, 2004, p.22-34.

MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 6. Ed. São Paulo: Atlas,2007.

MARTURANO, E. ELIAS, L. & CAMPOS, M. O percurso entre a meninice e a adolescência: mecanismos de vulnerabilidade e proteção. Em E. M. Marturano, M. B. M. Linhares & S. R. Loureiro (Orgs.), *Vulnerabilidade e proteção: indicadores na trajetória de desenvolvimento escolar* (pp. 251-288). 2004. São Paulo: Casa do Psicólogo/FAPESP. In: PRATTA, Elizângela M. M; SANTOS, Manoel A. dos. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 12, n. 2, p. 247- 256, maio/ago. 2007

MCALISTER, A. *Juvenile violence in the Americas: innovative studies in research, diagnosis and prevention*. Pan American Health Organization, 1998. In: MILANI, F.M. *Adolescência e violência: mais uma forma de exclusão*.

MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge. Nos homens, a violência de gênero. In. BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *Programa de prevenção, assistência e combate à violência contra a mulher Plano Nacional*. Brasília, DF, 2003. p. 68.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. *História Oral: como fazer, como pensar*. São Paulo: Contexto, 2007

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. Ed. Loyola: São Paulo. 2002.

MILLER, Alice. *O drama da criança bem dotada- Como os pais podem formar (e deformar) a vida emocional dos filhos*. São Paulo, Summus, 1997.

MINAYO, Maria Cecília S. A violência social sob a perspectiva da saúde pública. *Cadernos de saúde pública*, 10(supl.1): 7-18, 1994

_____. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 5ª ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

_____. Violência, um problema social que afeta a saúde pública. *Cadernos de saúde pública*, Rio de Janeiro, 1994, 10 (supl 1):07-18

MILANI, Feizi M. Adolescência e violência: mais uma forma de exclusão. *Educar em revista*, v.15, 1999. Paraná.

MINAYO, Maria Cecília Silva; DESLANDES, Suely Ferreiro. A complexidade das relações entre drogas, álcool e violência. *Cad. de Saúde Pública*, Rio de Janeiro 14(1):35-42, jan-mar, 1998.

MORELBA, J.G. *Elementos para la construcción de la masculinidad: sexualidad, paternidad, comportamiento y salud reproductiva*, pp.361-367. 2000.

NEVES, Anamaria Silva and ROMANELLI, Geraldo. A violência doméstica e os desafios da compreensão interdisciplinar. *Estud. psicol. (Campinas)* [online]. 2006, v. 23, n. 3, pp. 299-306. ISSN 0103-166X

NOLASCO, Sócrates A. A desconstrução do masculino: uma contribuição crítica à análise de gênero. In: _____. *A desconstrução do masculino*. Rio de Janeiro: Rocco, 2. ed. 1995b.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. *Tratado de Metodologia Científica*. São Paulo: Pioneira, 1997, 205p.

OLIVEIRA, Adriane M. N. et al. *O que acontece na família em que há uma criança agressiva?* In: LUZ, Anna Maria Hecker et al. *As Amarras da violência: A família, as instituições e a enfermagem*. Brasília: Associação Brasileira de Enfermagem, 2004, p.121-134.

OLIVEIRA, B. R. G. ; ROBAZZI, MLCC. . O trabalho na vida dos adolescentes: alguns fatores determinantes para o trabalho precoce. *Revista Latino-Americana de Enfermagem (Ribeirão Preto)*, v. 9, n. 3, p. 83-89, 2001

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. *Relatório mundial sobre violência e saúde*. 2002.

OSÓRIO, L. C. *Família hoje*. 1996. Porto Alegre: Artes Médicas. In: PRATTA, Elizângela M. M; SANTOS, Manoel A. dos. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 12, n. 2, p. 247-256, maio/ago. 2007

PAIVA, J.R. *As origens da violência- um ensaio sobre a psicopatologia do comportamento agressivo*. 1999. Disponível em: <http://2000.www.Prosex.org.br/violência.html>.

PASSETI, E. *Violentados: crianças, adolescentes e justiça*. São Paulo: Imaginário, 1995. In: RANGEL, Patrícia Calmon. *Abuso sexual intrafamiliar recorrente*. 1 ed. 8 tir. Curitiba: Juruá, 2008. 180 p.

PASSOS, Elizete Silva. et al. *Ensaio sobre gênero e educação*. Salvador: Ufba- Pró-reitoria de Extensão, 2001, pág. 151-171.

PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. *Que Homem É Esse? O Masculino Em Questão*. Pp53-58. In: *A Desconstrução Do Masculino*. Rio De Janeiro: Rocco, 2. Ed. 1995b.

PINSKY, Jaime; ELUF, Luiza Nagib. *Os crimes sexuais*. In: *Brasileiro é assim mesmo*. Ed. Contexto, 1993, São Paulo.

PORTELLA, Ana Paula; MEDRADO, Benedito; SOUZA, Cecília de Mello; NASCIMENTO, Pedro; DINIZ, Simone. *Homens: Sexualidade, Direitos e Construção da Pessoa*. Recife: SOS CORPO-Gênero e cidadania. Instituto PAPAI, 2004.

RAMIRES, Vera Regina. *O exercício da paternidade hoje*. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos tempos, 1997, 121p.

RIBEIRO, Maria Alexina; ROGRIGUES, Denise Aparecida da Silva; LÁPIDUS, Ângela Maria Alves. *Violência intrafamiliar: um estudo sobre a convivência da mãe em um caso de abuso sexual dos filhos*. In: *Violência no cotidiano: do risco a proteção/organização de Liana Fortunato Costa e Tânia Mara Campos de Almeida*. Brasília: Universa: Líber livro, 2005.

RICHARDSON, Roberto Jarry e Col. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas, 1989. p.38-45.

RIZZINI, Irene.; BARKER, Gary. *Crianças, adolescentes e suas bases de apoio: Fortalecendo as bases de apoio familiar e comunitárias para crianças e adolescentes no Rio de Janeiro- Resultados iniciais 200-2001*. Rio de Janeiro: CESPI/USU/EDUSU/Instituto PROMUNDO, 2001. In: SOUZA, José Nilton de. *Violência contra criança: Uma breve história sobre os Direitos humanos e cidadania: textos sobre crianças e adolescentes*.

ROLIM, Marcos. *A segurança pública como prevenção*. Divulgação em saúde para Debate, Rio de Janeiro, junho, 2006, 35:55-67.

ROSENBERG M. *Society and the adolescent selfimage*. Princeton: Princeton University Press; 1989. IN: ASSIS SG, AVANCI JQ, SANTOS NC, MALAQUIAS JV, OLIVEIRA RVC. *Violência e representação social da adolescência no Brasil*. *Rev Panam Salud Publica*. 2004;16(1):43-51.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *O Poder do Macho*. São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. No Fio da Navalha: Violência Contra Crianças e Adolescentes no Brasil Atual. Em F.R. Madeira (Org.), *Quem Mandou Nascer Mulher?* (pp. 134-211). 1997, São Paulo: Editora Rosa dos Tempos. In: ARAÚJO, Maria de Fátima. Violência e abuso sexual na família. *Psicologia em Estudo*. Maringá, 2002, v.7, n.2. p.3-11, jul./dez.2002.

SANCHEZ, A. *Notas sobre a transmissão geracional da predisposição à violência contra mulher*. In: Simpósio Internacional do Adolescente, 2, 2005, São Paulo.

SANTOS, Ana Carla P. de Oliveira. *Significado da denúncia de violência intrafamiliar: história oral de idosas*. 2007. 153p. Dissertação (Mestrado em Enfermagem)- Escola de Enfermagem, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

SARTI, Cynthia Andersen; BARBOSA, Rosana Machin; SUAREZ, Marcelo Mendes. Violência de gênero: Vítimas demarcadas. *PHYSIS: Revista Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 16(2):167-183, 2006.

SILVA, Helena Oliveia da. SILVA, Jailson de Souza e. *Análise da Violência contra a criança e o adolescente segundo o ciclo de vida no Brasil*. São Paulo: Global, Brasília: UNICEF, 2005.

SLOAN, Tod; JIRÓN, Rubéns Reyes. *La desconstrucción de la masculinidad*. 2004. Disponível em www.artnet.com.br/~marko/sloan.htm. Acesso em março de 2008.

SOUZA, Edinilsa Ramos. Masculinidade e violência no Brasil: Contribuições para a reflexão no campo da saúde. *Ciências & Saúde coletiva*, 10(1):59-70. 2005.

SOUZA, Maria Cecília Minayo de; et al. *Violência sob o olhar da Saúde: a infrapolítica da contemporaneidade brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003. 284p.

SOUZA, Ronald Pagnoncelli de, COSTA Maria Conceição Oliveira, LOPES, Clevane Pessoa A. *Comportamento Sexual* p.202-210 IN: Adolescência: Aspectos clínicos e psicossociais. COSTA, Maria conceição, SOUZA Ronald Pagnoncelli de. (orgs). Porto alegre: Artmed Editora, 2002 464p

TALLÓN, M. A., FERRO, M. J., GÓMEZ, R. & PARRA, P. Evaluacion del clima familiar en una muestra de adolescentes. 1999. *Revista de Psicologia Geral y Aplicada*, 451-462. In: PRATTA, Elizângela M. M; SANTOS, Manoel A. dos. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 12, n. 2, p. 247-256, maio/ago. 2007

TILMANS-OSTYN, Edith. *Novas tendências no tratamento dos maus-tratos e do abuso sexual da família*. Pensando família, 2001,3:30-449.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução as Pesquisas em ciências sociais, a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

VILHENA, Junia de, MAIA, Maria Vitória C. M. Agressividade e violência: reflexões Acerca do comportamento anti-social e sua inscrição na cultura contemporânea. *Revista Mal-estar e subjetividade*. Fortaleza, v 2, n2. p. 27-58. set 2002

ZAVASCHI, Maria Lucrécia t al. Abuso sexual em crianças: uma revisão. *Jornal de Pediatria*, 67: 130-136, 1991.

WAIDMAN, Maria Angélica Pagliarini et al. Convivendo com a violência familiar. In: LUZ, Anna M. H. et al. **As Amarras da violência**: A família, as instituições e a enfermagem. Brasília: Associação Brasileira de Enfermagem, 2004, p.35-46.

WINNICOTT, D.W. Psicoterapia dos distúrbios de caráter,1987. In: VILHENA, Junia de. MAIA, Maria Vitória C. M. Agressividade e violência: reflexões acerca do comportamento anti-social e sua inscrição na cultura contemporânea. **Revista Mal-estar e subjetividade**. Fortaleza, v 2, n2. p. 27-58. set 2002

APENDICE

APÊNDICE A - Termo de consentimento livre e esclarecido

NOME DO PROJETO: História oral de Homens que praticaram Violência sexual infanto-juvenil

Você está sendo convidado para participar, como voluntário, em uma pesquisa que tem como objetivo analisar a história de vida de agressores sexual infanto-juvenil que esta sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia (Mestrado).

Este estudo tem por objetivo analisar a história de vida de agressores sexuais infanto-juvenil, afim de que seja possível a partir de sua análise subsidiar ações programáticas em âmbito municipal e estadual acerca da violência sexual contra crianças e adolescentes, além de podermos conhecer como é construída a história de vida de agressores de violência sexual infanto-juvenil.

Será muito importante a sua participação, sendo respeitada a sua decisão em colaborar e sendo garantida a desistência a qualquer momento. Sua identidade (nome) e demais informações serão mantidas em sigilo. Esta pesquisa não conferirá riscos e não implicará em despesas pessoais.

Os pesquisadores não estão sendo remunerados para a realização desse estudo, assim como os colaboradores (entrevistados) não receberão benefícios financeiros para a sua participação. Qualquer duvida ou problema que venha a ocorrer durante este estudo, você poderá entrar em contato com Edleide Xavier Barreiros através do Comitê de ética da FTC através do telefone 3281-8105.

Caso necessite, o Sr. terá acesso à gravação da entrevista e eu me colocarei a disposição para o esclarecimento de eventuais duvidas.

Após sentir-se esclarecido sobre as informações a seguir e aceitar fazer parte do estudo assine ao final deste documento.

Agradecemos sua atenção.

Assinatura do participante

Assinatura do Pesquisador

APÊNDICE B - Roteiro de entrevista

I. Identificação

Nome:

Idade:

Cor/Raça:

Profissão:

Estado Civil:

Escolaridade:

1. Fale de sua Infância.
2. Fale de sua Adolescência.
3. Fale de sua vida antes de vir para prisão.
4. Fale do motivo que o trouxe para a prisão.
5. Fale de sua vida depois da prisão.

ANEXOS



SOCIEDADE MANTENEDORA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DA BAHIA LTDA

Rede de ensino



FUNDAÇÃO DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS

Comitê de Ética em Pesquisa

Salvador, 15 de Dezembro de 2008

CEP/PARECER 0646-2008.

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

REGISTRO: 616
DATA DA ENTRADA: 21.11.08
REFERÊNCIA: 1º Parecer
PESQUISADOR RESPONSÁVEL: Profª. Climene Laura de Camargo
DEMAIS PESQUISADORES: Edleide Xavier Barreiros
INSTITUIÇÃO: UFBA
CURSO: ENFERMAGEM

TÍTULO DA PESQUISA: História de Vida Agressor Sexual Infanto-Juvenil.

OBJETIVO:

GERAL:

- Analisar a história de vida de agressores sexuais infanto-juvenil.

2. PARECER DO RELATOR

A pesquisa vai ser realizada através de questionário e entrevistas a presos condenados por agressão sexual infanto-juvenil trata-se de colheita de dados para dissertação de mestrado. Tem consentimento livre e esclarecido pertinente. Não fere a resolução 196/96 da CONEP. Recomendo Aprovação por este Comitê.



SOCIEDADE MANTENEDORA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DA BAHIA LTDA

Rede de ensino



FACULDADE DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS

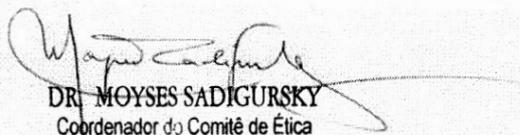
Comitê de Ética em Pesquisa

3. PARECER DO CEP

Apresentado a este Comitê para análise ética, segundo a Resolução 196/96, do Conselho Nacional de Saúde. Cópia do projeto arquivado em nossa secretaria. Após apresentação pelo relator e discussão pelos Conselheiros e projeto foi considerado:

X	Aprovado
	Com pendência
	Reprovado

Atenciosamente,



DR. MOYSES SADIGURSKY
Coordenador do Comitê de Ética
em Pesquisa /SOMESB